

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

04 a 10 de Novembro de 1991 nº 13

KENNETH KAUNDA FOI DERROTADO CHILUBA PRESIDENTE DA ZÂMBIA

Nas eleições presidenciais e parlamentares realizadas na Zâmbia, em 31 de outubro, Frederick Chiluba, líder do MMD (Movimento Multipartidário para a Democracia) foi eleito presidente da República, com cerca de 79% dos votos e o seu partido obteve 116 das 150 cadeiras do parlamento. De um eleitorado de 2,9 milhões de eleitores (Zâmbia tem 8,1 milhões de habs.) somente 40% compareceram às urnas, com grande abstenção do meio rural, favorável a Kaunda.

Na região mineira do "cinturão do cobre" (o país é o 5º produtor mundial) a vitória do MMD foi de quase 90%. Kaunda pensou que o seu prestígio pessoal fosse suficiente para a sua vitória e a do seu partido, a UNIP (Partido da União Nacional para a Independência), há 27 anos do poder. Ele não levou em consideração a grave crise econômica que já contribuía para a abertura política ano passado e, segundo a Time, a recessão agravada pelos planos do FMI (dívida externa de US\$ 7 bilhões).

O MMD, apoiado por empresários, intelectuais e dissidentes da UNIP, fez uma propaganda eleitoral moderna e agressiva. As eleições foram acompanhadas por observadores da Commonwealth e pelo ex-presidente norte-americano Jimmy Carter.

Kaunda saudou o vencedor e afirmou que ganhar ou perder faz parte da democracia e que é necessário fortificá-la, aceitando o veredito do povo. Chiluba referiu-se ao ex-presidente como "o pai fundador deste país. Ele tem um lugar no nosso coração e deve permanecer entre nós".

Frederick Chiluba, nascido em 1943 na região do cobre, filho de mineiro, dirigia desde 1974 a poderosa confederação sindical do seu país. Protestante fervoroso, tido como incorruptível, ele é, segundo Le Monde, autoritário e chamado por seus adeptos de "o libertador" e o "novo Messias".

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

Depois de Aristides Pereira (Cabo Verde), Manuel Pinto da Costa (São Tomé e Príncipe) e de Mathieu Kerekou (Benin), Kaunda é o quarto presidente africano derrotado nas urnas depois da recente vaga da democratização do continente. II

Diplomatas ocidentais acreditam que as eleições serão um exemplo, e Jimmy Carter assegurou que: "Cada vez que falarmos de democracia, nos lembraremos do modelo exemplar da Zâmbia de uma transição pacífica". (pp. 24-31)

INVESTIMENTO PORTUGUÊS BAIXA EM ANGOLA EXCEDENTE COM ANGOLA DISPARA

Em 1990, Angola já não foi o principal receptor de investimento português entre os PALOP, recebendo US\$ 1,3 milhão - 14,3% do total - contra US\$ 2,8 milhões - 86,2% - em 1987 (hoje o maior receptor é Moçambique). As inversões em Angola, ano passado, foram ainda menores do que as realizadas na Guiné-Bissau. Angola continua, todavia, a ocupar um lugar de destaque enquanto destino das exportações portuguesas: ela é o 10º cliente de Portugal, e o primeiro entre os PALOP, tendo o excedente da balança comercial portuguesa com Angola crescido, no período 1988-1990, à razão de 40% ao ano. Em 1990 Portugal exportou para Angola cerca de US\$ 194 milhões [o Brasil exportou US\$ 90 milhões em 1989], importando em contrapartida US\$ 36 milhões, apesar das dificuldades causadas pelo esgotamento da linha de crédito entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola. São muito diversificadas as exportações portuguesas para Angola, e grande número de empresas de Portugal confirmou presença na oitava Feira Internacional de Luanda, que terá lugar entre 02 e 11 de novembro deste ano (ver clipping nº 10, pp. IV e 25). (pp. 08 e 12)

BANTOS, CRISTÃOS E OUTROS QUE CHEGAM (África Geral)

Passado o tempo da africanidade a todo custo, onde a penetração de religiões exógenas era rejeitada (tendo como exemplo o confronto entre Mobutu e o Cardeal Malula, no Zaire), os diversos governos africanos já não põem entraves a esta penetração. No Zaire ocorre neste momento uma forte islamização da população, enquanto que em Angola a abertura do governo permitiu uma enorme ampliação do número de seitas protestantes que atuam no país. Note-se que cerca de 60% da população angolana é hoje cristã (sendo a maioria católica), havendo ainda a presença, em pequena escala, da confissão islâmica, e mesmo de uma seita nipônica, a Maukari. (p. 02)

ANGOLA ESTÁ NO LIMIAR DA LIBERALIZAÇÃO DA SUA ECONOMIA

Em entrevista o Ministro das Finanças da República Popular de Angola e atual presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Aguinaldo Jaime, apresenta os principais assuntos em pauta na situação econômica angolana. Entre estes, destacam-se: o déficit orçamental, a desvalorização do Kwanza, o mercado paralelo e as garantias ao investimento estrangeiro. (p. 03)

AS RELAÇÕES ANGOLA-ESTADOS UNIDOS

O governo angolano poderá abrir uma missão diplomática junto da Organização dos Estados Americanos (OEA), para desta forma aproximar-se de Washin-

gton. As relações diplomáticas entre os dois países serão estabelecidas somente após as eleições de 1992. Dois nomes já estão sendo apontados para ocupar o cargo junto à OEA: o embaixador Luís de Almeida (atual representante de Angola na Organização para a Unidade Africana) e Paulo Tuba, antigo dirigente da FNLA. (p. 06)

OPOSIÇÃO CRIA CONSELHO NACIONAL (Angola)

Treze partidos políticos angolanos (ver os nomes na matéria), conhecidos como partidos emergentes, anunciaram a criação do Conselho Nacional de Oposição (CNO). O objetivo é obrigar o governo "a um debate nacional" e dar corpo "à idéia de unidade das forças de oposição". O CNO rejeita as consultas pelo governo aos partidos de oposição em separado, pois isto contribuiria para a "bipolarização do processo democrático".

Entre os que não se inscreveram no CNO estão o Partido Democrático Angola - no (PDA), a única força emergente que conseguiu as três mil assinaturas para o registro no Tribunal Supremo, e o Fórum Democrático Angolano (FDA), formada por dissidentes da UNITA, que tem assumido posições isoladas.

Partido Renovador Democrático (PRD), de Joaquim Pinto de Andrade, estuda a possibilidade de realizar a sua conferência nacional no mês de novembro. Por sua vez, a Frente para a Democracia (FPO) marcou a sua convenção nacional para 8 a 11 de novembro. (pp.07 e11)

APROXIMAÇÃO ENTRE LUANDA E PRETÓRIA

Angola e África do Sul concordaram em abrir escritórios de representação em Pretória e Luanda. O diretor geral do Ministério Sul-Africano dos Negócios Estrangeiros, Neil Van Heerden, encontrou-se com o presidente José Eduardo dos Santos antes de explicar aos dirigentes da UNITA a decisão da África do Sul. (p. 09)

ANGOLA AGUARDA ANÚNCIO DAS ELEIÇÕES

secretário de Estado para Negócios Estrangeiros de Portugal, Durão Barroso, juntamente com o secretário-adjunto de Estado americano para assuntos africanos, Herman Cohen, e o representante do ministério soviético dos Negócios Estrangeiros, Vladimir Kasimirov, estarão presentes em Luanda nas celebrações da independência- 11 de novembro. Espera-se que nessa ocasião ocorra o anúncio da data das eleições, previstas para setembro ou novembro de 1992. (p. 10)

ZAIRE PREOCUPA ANGOLA

A situação no Zaire está causando grandes preocupações em Luanda, tanto em círculos governamentais como na Comissão Conjunto Político-Militar (CCPM). O temor é de que venham a ocorrer incidentes próximos ao território angolano, que possam obrigar a movimentação de forças militares. Este ato é desaconselhável, no momento em que se elaboram as diretrizes da Unificação das Forças Armadas Angolanas. (p. 11)

VIOLÊNCIA GERA PÂNICO EM ANGOLA

A criminalidade aumentou assustadoramente, nos centros urbanos angolanos, sobretudo em Luanda. Os bandidos saem em grande parte das forças armadas de ambos os lados (MPLA e UNITA).

O aproveitamento político que as forças militares (Governo e UNITA) fazem dessa onda de criminalidade gera na população o receio de que a situação se agrave retornando-se às confrontações armadas. (p. 13)

RELAÇÕES CONSULARES (Cabo Verde)

Cabo Verde e África do Sul decidiram estabelecer relações consulares, num primeiro passo para a efetivação de relações diplomáticas. Os dois países mantêm relações comerciais, que poderão sofrer um significativo incremento com a reativação das rotas de voo entre a África do Sul e Estados Unidos, pois os aviões sul-africano fazem uma escala na ilha do Sal, tendo recentemente Manuel Chantre, ministro Cabo-Verdiano da Economia, estado em Johanesburgo. (p. 14)

MOVIMENTO PARA UNIDADE E A DEMOCRACIA (Guiné-Bissau)

A mais nova força política guineense, o MUD, afirma ter como adversário principal o subdesenvolvimento em que se encontra o país. Seu líder, Filinto Vaz Martins, foi ministro da Educação e da Energia durante o governo de Luís Cabral, e defende a transferência de poderes do nível central para o local, e a resolução dos problemas de África em um contexto africano. O MUD sublinha a necessidade de se detectar as causas da grave situação do país, que tem uma maioria rural mas onde têm sido privilegiadas as camadas urbanas. Além do MUD, há ainda seis outros agrupamentos políticos, não legalizados devido a entraves burocráticos: o Movimento Bafatá, a Frente Democrática (FD), a Frente Democrática Social (FDS), o Partido Unido Social Democrata (PUSD), o Partido da Convergência Democrática (PCD), e um resíduo da antiga Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING). (p. 15)

DHLAKAMA REÚNE COM TODOS

LÍDER DA RENAMO ENVOLVE LISBOA NO PROCESSO DE PAZ MOÇAMBICANO

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, inicia no dia 4 de novembro uma visita a Portugal, visando informar o povo português e o governo da real situação em Moçambique e, principalmente, desenvolver esforços no sentido de estimular o desempenho, por parte de Portugal, de um papel ativo e oficial nas negociações de paz entre seu movimento e a Frelimo (que aceita a mediação portuguesa, segundo declaração do presidente Chissano). Na visita Dhlakama encontrar-se-á com Mário Soares, Cavaco Silva e Durão Barroso (Secretário de Estado da Cooperação e Negócios Estrangeiros), tentando melhorar as suas difíceis relações com o Executivo Português. (pp. 20 e 22)

FILHO DE RÉGULO, EX-SEMINARISTA, DUAS VEZES GUERRILHEIRO (Moçambique)

Rápido esboço biográfico de Afonso Dhlakama, destacando sua formação religiosa (católica), experiência militar e a atuação na Renamo. (p.21)

ANC 'PUXA' RADICAIS PARA O DIÁLOGO (África do Sul)

O estabelecimento de um pacto entre as duas principais organizações nacionalistas negras, o ANC e o PAC (Congresso Pan-Africano), que visa a constituição de uma "Frente Patriótica", pode ter consequências diferentes para os

dois movimentos. Enquanto o PAC demonstra a intenção de negociar (abrandando suas posições), o ANC talvez venha a adotar uma posição mais radical levado pela nova coalizão, o que, segundo o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen, pode prejudicar a retomada das negociações. (p. 23)

ÍNDICE

África Geral	01-02
Angola	03-13
Cabo Verde	14
Guiné-Bissau	15
Moçambique	16-22
São Tomé e Príncipe	22
África do Sul	23
Zâmbia	24-31

Benjamim Formigo 2 DE NOVEMBRO DE 1991

ALGUNS dos velhos aliados do Ocidente no tempo da guerra-fria tornaram-se demasiadamente incómodos.

Durante décadas, pequenos e grandes ditadores receberam das potências ocidentais auxílio económico, apoio diplomático, suporte político. Muitos foram mesmo colocados no poder graças ao auxílio directo ou indirecto dos países ocidentais. O mesmo, diga-se em abono da verdade, sucedeu com muitos aliados soviéticos. Entre os dois apoios, havia no entanto uma pequena diferença: Moscovo não se preocupava sequer em dirigir a defesa dos valores democráticos e dos Direitos Humanos.

OCCIDENTE fazia dos Direitos Humanos uma bandeira quando se tratava de conquistar o terreno moral de onde podia atacar o despareceu. A carta do anticomunismo já não tem valor.

Grças à tese do contraponto à ameaça comunista onde quer que ela surgisse, o Ocidente colocou no poder, manteve, armou e até comprou ditadores. Hoje, cioso do seu terreno moral, tais ditadores tornaram-se incómodos para o Ocidente. E não há como desalojá-los.

MOBUTU Sese Seko, Presidente do Zaire, é hoje um dos homens mais incómodos do mundo. Após a violência que o ex-Congo Belga conheceu após a independência, desde o início e até meados da década de 60, um sargento do antigo Exército colonial belga autoproclamou-se marechal, consolidou o poder e dominou o Zaire com punho de ferro.

À medida que o tempo passava e Moscovo procurava, com sucesso, penetrar em África, escasseavam ao Ocidente potenciais aliados. No Zaire, todavia, o marechal Mobutu surgia como figura providencial. E as potências ocidentais não hesitaram em dar-lhe o apoio que pedia, a troco de uma postura anticomunista. A importância de Mobutu cresceu, talvez desproporcionadamente, face à efectividade da ameaça soviética. Mais de uma vez os países ocidentais sentiram-se incomodados com violações de Direitos Humanos no Zaire. Com demasiada frequência manifestaram apreensão face aos métodos de consolidação do poder do marechal: corrompendo a oposição, eliminando-a quando a corrupção não resultava.

QUANDO o Ocidente procurava interferir e pressionava Mobutu, este valia-se da carta anticomunista para sublinhar a sua importância como um dos seus poucos aliados na África Negra. Mas os tempos mudaram e com eles as vontades. Com a Perestroika e a queda ou a mudança dos aliados soviéticos na região, Mobutu Sese Seko foi perdendo progressivamente a sua importância. O marechal compreendeu-o e quis mostrar que ainda tinha uma palavra a dizer quando promoveu o que se tomava o equívoco de Gbadolide — as primeiras conversações entre o Governo de Angola e a UNITA. Incapaz de conduzir esse

processo, Mobutu — numa história que ainda está por escrever — acabou por ser marginalizado, depois de ter conseguido promover o histórico primeiro aperto de mão entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder rebelde angolano, dr. Jonas Savimbi.

MAS com Angola finalmente no caminho da paz, Mobutu perdeu de facto a sua importância. Washington sugeriu-lhe vivamente que se entendesse com a sua oposição e promovesse eleições livres. Franceses e belgas fizeram o mesmo.

Contudo, Mobutu Sese Seko, rodeado dos seus familiares, todos eles em lugares cimeiros na hierarquia do Estado e possuidores de fortunas incalculáveis, não quis aceitar que o seu período tinha acabado, ao contrário do velho Kaunda da Zâmbia, submetendo assim a sua liderança histórica ao veredicto das urnas. Mobutu, porém, só procurou que o novo Governo o servisse e garantisse a sua permanência no poder.

Nomeou primeiro-ministro Etienne Tshisekedi, um dos dirigentes da União Sagrada — a frente de oposição. O primeiro-ministro indigitado nem sequer chegou a formar governo. Em divergência com o Presidente, foi exonerado, e outra figura que Mobutu considerou mais dócil foi indigitada: Mungui Dlakwa.

Só que o Zaire já estava em pé de guerra. As tropas começaram por saquear lojas, e os civis seguiram-lhes o exemplo. Mobutu perdeu o controlo da situação. Os distúrbios espalharam-se por todo o país e os estrangeiros foram evacuados. Mobutu queixou-se então de que o Ocidente «queria a sua cabeça», tentando apresentar-se com vítima de uma conjura estrangeira.

A custo aceitou avistar-se de novo com Tshisekedi, numa reunião inconclusiva. Muitos populares pediram aos belgas que ficassem, receando que após a sua partida Mobutu lançasse o Exército contra a oposição. Uma primeira indicação de tal eventualidade foi um atentado à bomba a um jornal da oposição e ataques a casas de opositores do Presidente. De um Presidente que admite publicamente que se os seus altos funcionários forem atacados, «poderão querer pagar na mesma moeda».

NADA neste momento pode ser mais perigoso que o «leopardo» encurralado. Mobutu pode querer abafar a crise interna com uma crise externa. Angola começa já a preocupar-se.

A intervenção da OUA, que foi sugerida pela Bélgica, dificilmente parece exequível. E o exemplo da Libéria, bem mais pequena, está vivo.

O Ocidente não tem meios para se livrar do homem que promoveu. A ajuda económica foi cortada, mas isso só por si não chega.

No plano interno, Mobutu pode ainda aguentar muito tempo. A sublevação popular pode continuar e agravar-se, tudo pode acontecer. E, sobretudo, os políticos zairenses que hoje surgem como candidatos à sua sucessão são os que aceitaram pactuar com o marechal.

As alternativas não são brilhantes.

Bantos, cristãos e outros que chegam

Passou o tempo da africanidade a todo o preço? A avaliar por Mobutu, passou mesmo. E em Angola já estão os Maikaritas nipónicos

William Kamatwe

OS ideais dos líderes da África Negra, apostados desde a primeira metade da década de 60 a cingir na sua identidade o homem africano, a enraizá-lo nas suas culturas e a legitimá-lo nas suas aspirações de renovação, fizeram antever que não apenas no plano material (hábitos alimentares, modos de vestuário), mas também no linguístico e no religioso, em África tudo seria um retorno à tradição.

A isso chamou Mobutu a *autenticidade*, ou «o dever de pensar e de fazer como nós mesmos». Mobutu que, logo após a tomada de poder em 1965, quando derrubou Joseph Kasavubu, se insurgia contra as religiões não-africanas, indo ao ponto de mandar substituir crucifixos católicos e *posters* do

Papa pela sua effigie de chefe.

Entre ele e o cardeal Malula chegou a haver um conflito histórico, que obrigou o Papa a conceder ao seu primaz, durante algum tempo, asilo político em Roma.

Mas, apesar de todas as insinuações e de todos os vetos, a ordem natural levaria o presidente do Zaire a voltar à sua religião de berço, a católica, no seio da qual os jesuítas o haviam diplomado em jornalismo. Em Maio de 1982 Mobutu, papa da *autenticité*, já se não importava de posar com João Paulo II na célebre missa campal celebrada no *Palais du Peuple* de Kinshasa, onde se comportou como o mais piedoso crente.

Oito anos depois, em Abril de 1990, completou a volta de 180 graus num solene discurso em que proclamava as etapas do multipartidarismo para o seu país, nomeadamente isentando os cidadãos zairenses da obrigatoriedade de vestirem o *complet citoyen*, o *boubou* ou os panos, sendo a partir daí livre de escolha do traje — e livre também o uso da gravata, que estava formalmente proibido. Por

outro lado os *citoyens* e *citoyennes* zairenses, disse, podiam doravante tratar-se por *messieurs* e *mesdames*.

Mas a mais forte machadada assestada pelo dignitário n.º 1 da Ordem do Leopardo na sua *autenticidade* seria a autorização concedida aos islâmicos para construírem no país uma das mais vistosas mesquitas de África. A propósito, assiste-se hoje no Zaire a uma galopante islamização dos habitantes, na sua maioria cristãos católicos e protestantes.

Até do Japão

Em Angola foi o próprio governo marxista-leninista que controversamente disse combater as religiões ao mesmo tempo que permitia o aumento das seitas protestantes das cinco ou seis do tempo colonial para cerca de uma centena em 1989 e, pior, deixava alargar o leque das confissões até à islâmica e a uma nipónica, a Maikari.

Aliás as culturas africanas, apesar da insistência na necessidade do retorno às suas identidades feita por muitos intelectuais e até por congressos como o último Mundiacult (México,

1982, promovido pela Unesco), parecem estar votadas a crescente aculturação em áreas sensíveis, das quais uma das mais importantes é a religiosa. Cabe recordar aqui Kwame Nkrumah (1909-72) e a sua advertência sobre as contradições da sociedade africana dilacerada entre a tradição, por um lado, e o Islão e o Cristianismo, por outro. Outro nome que vem à lembrança é o do poeta-presidente Senghor, exemplificativo do modo como passou à História o pretendido *volte-face* às tradições divorciado da cultura adquirida pelos africanos ao contacto com os valores europeus. Léopold Sédar Senghor foi um dos maiores defensores do renascimento africano, ou regresso às raízes, mas sem deixar nunca de ser católico, membro da Academia Francesa e... pianista.

A religião católica, levada para África pelos portugueses no século XVI, e as protestantes, que ali entraram em força no século XIX, tomaram-se seculares e para muitos angolanos fazem parte da cultura de berço, como a língua portuguesa ou os hábitos alimentares e até o traje.

Em Angola há hoje cerca de seis milhões de indivíduos católicos e protestantes — professando o Cristianismo por via endocultural (materna).

A ter havido contradições e conflitos entre a religião cristã e as religiões indígenas, terão acontecido nos séculos XVI e XVII, quando os missionários portugueses iniciaram a sua evangelização. Todavia a identidade de concepções de fundo entre cristãos e bantos, nos dois casos assentando no monoteísmo, e ainda a prática do humanismo de uns para outros, o espírito de partilha e o reconhecimento da igualdade entre os homens terão facilitado o encontro e o entrosamento de duas culturas afinal gémeas.

Por essa razão o cardeal Malula defendeu sempre até à morte que o Cristianismo levado aos bantos viu facilitada a adopção porque ia endereçado a povos certamente considerados no Antigo Testamento. A tese do grande historiador senegalês Cheikh Anta Diop segundo a qual a África seria o berço da Humanidade e o Éden de Adão e Eva pode explicar muita coisa à luz da teodiceia e não da simples fé.

MINISTRO DAS FINANÇAS DE ANGOLA

ANGOLA ESTÁ NO LIMIAR DA LIBERALIZAÇÃO DA SUA ECONOMIA

ENTREVISTA ALBÉRICO CARDOSO

O ministro das Finanças da República Popular de Angola concedeu ao nosso director uma momentosa entrevista em que explica alguns pontos e projectos que poderão alterar, para melhor, a actual situação económica daquele país lusófono, revelando também em que condições o Estado angolano restituirá os bens aos antigos proprietários que viram os seus bens intervencionados, confiscados ou nacionalizados.



Finance Minister of Angola:

ANGOLA IS AT THE OUTSET OF THE LIBERALIZATION OF ITS ECONOMY

Interview by ALBÉRICO CARDOSO

The Finance Minister of the Popular Republic of Angola gave our Director a momentous interview in which he explained some points and projects which may improve the present economic situation of that Portuguese speaking country, revealing also in what conditions the Angolan State will restitute the possessions of the former owners who had their belongings interfered with, confiscated or nationalized.

Aguinaldo Jaime, para além de ministro das Finanças de Angola é, também, o actual presidente do Banco Africano de Desenvolvimento *BAD*. Instado a pronunciar-se sobre benefícios que Angola poderá colher relativamente às suas funções no *BAD*, Aguiinaldo Jaime referiu: *O benefício que Angola vai colher das minhas funções, será indirecto. É que Angola possui já alguns programas financiados pelo BAD, nomeadamente nas áreas da pesca artesanal, telecomunicações e Saúde, tudo em curso. Temos outros*

programas em análise que seguirão os seus tramites, não sendo afastados pelo facto da minha eleição para presidente do BAD. Esta, porém, vai significar para a República Popular Angola RPA, maior prestígio junto dos países africanos, sobretudo da Costa do Marfim, que é um país onde a RPA nunca gozou de grandes simpatias. E acrescenta: A minha eleição para o BAD terá sido uma surpresa muito grande para os governadores africanos e não africanos assim como a forma como a RPA soube conduzir a 27ª Assembleia Anual do grupo BAD.

Depois, o nosso entrevistado explicou os cortes orçamentais que teve de fazer e como irá adequar o Orçamento Geral do Estado OGE às novas condições criadas pelo após guerra. Quanto à primeira questão o Dr. Aguiinaldo Jaime referiu-se ao défice orçamental, considerando-o elevadíssimo.

Ele representa 30% do Produto Interno Bruto, a preços do mercado, o que significa, em termos muito simples, que o país é ingovernável. E prosseguiu: Face à retracção dos financiamentos internacionais para Angola, não apenas pela recessão de algumas economias, mas também pelas próprias dificuldades financeiras de Angola, que faziam com que os credores não tivessem a garantia de pagamento dos empréstimos. Devido a esta dupla ordem de factores, os financiamentos internacionais começaram a escassear, e não eram eles a forma, através dos quais, Angola financiava o seu défice orçamental. Isto significa que Angola só tinha como meio de financiar o seu défice orçamental olhando para a sua realidade interna. E, internamente, era também muito difícil conseguir fontes de financiamento do défice, pois não há poupanças. Angola está numa economia puramente especulativa. Nós temos um mercado paralelo que escapa a todo e qualquer controlo oficial, e onde se desenvolve grande parte da nossa economia; que não é atractivo o investimento produtivo. Face a tudo isto, as autoridades tinham grandes dificuldades em encontrar fontes de financiamento, quer a nível externo, quer a nível interno. Por isso, só nos restava uma única forma de financiar este elevado défice orçamental: através de uma emissão monetária vazia. Uma injeção de moeda sem qualquer contrapartida de bens e serviços. Esta injeção de moeda, como meio de financiamento do défice, face à falência de outros meios de financiamento deste mesmo défice, provocava a desvalorização constante da nossa moeda, o aumento das tensões inflacionistas na economia angolana, e uma perda do poder aquisitivo real das classes trabalhadoras. Neste contexto, a única hipótese de conseguir alguma taxa de crescimento para a economia angolana e algumas esperanças de que esta pudesse sair da sua fase especulativa para a fase produtiva, era reduzir drasticamente o défice orçamental. Foi isso que foi feito. E foi feito, não apenas pela iniciativa unilateral do Ministério das Finanças, mas numa iniciativa concertada do Ministério do Plano, das Finanças e do Banco Central. Estabeleceu-se um limite de 15% para o défice orçamental do Produto Interno Bruto. Isto significava reduzir as despesas a metade, e foi esse trabalho que foi feito. Claro que os organismos não compreenderam o propósito.

Aguiinaldo Jaime aproveitou para dizer: Em Angola há uma grande insensibilidade para as questões económicas e financeiras, mesmo a nível do partido e do governo, o que torna a função de quem tenha que dirigir a Economia extremamente difícil e incompreendida. Por isso, esta medida foi fonte de incompreensões, de fricções e de alguns problemas.

Esta a explicação da razão porque foi feito um corte drástico das

despesas como meio de redução do défice orçamental, uma vez que as receitas, presumivelmente, não têm nenhuma perspectiva de melhoria a curto prazo.

Com a situação derivada dos acordos de paz, até que ponto estes podem influenciar o orçamento?

Evidentemente que nós vamos ter despesas adicionais que não estavam previstas, como as de inserção na vida social dos militares desmobilizados, quer do MPLA, quer da UNITA; vamos ter de acolher as populações deslocadas; vamos ter de arranjar condições de inserção social de toda aquela massa humana que afluiu às cidades e que agora terá de regressar aos campos; vamos ter de relançar a actividade produtiva e tudo isso vai significar aumento das despesas. Nesta perspectiva, a solução é uma sensibilização da comunidade internacional para que nesta fase difícil auxilie o governo angolano a suportar estas despesas adicionais com as quais não contamos na altura da elaboração dos seus instrumentos da direcção económica: o Plano Nacional e o Orçamento do Estado OGE.

A ECONOMIA ANGOLANA TEM REPOUSADO SOBRE MUITAS FALSIDADES

Instado a pronunciar-se sobre a desvalorização da moeda angolana. O nosso interlocutor revelou-se mais uma vez realista: Nós temos como uma das metas para a economia de Angola introduzir alguma verdade sobre aquela. A economia angolana tem repousado, até agora, sobre muitas falsidades. Os preços são falsos, não reflectindo os custos de produção dos bens e serviços. Temos um OGE que tem custeado os prejuízos das empresas. Temos uma taxa de câmbios que não corresponde à realidade, que se mantém fixa desde 1975. Por isso, o nosso objectivo é o de introduzir verdade na economia. Para isso temos de ser realistas quanto a preços e à taxa de câmbios. Nós pensamos que a primeira desvalorização do Kuanza como uma primeira medida para tomar o pulso à reacção da economia. Não é ainda uma medida que nos permita atingir a chamada taxa de equilíbrio. Esta está algures, entre a taxa oficial neste momento um dólar/60 novos kuanzas. Portanto, a taxa de equilíbrio situar-se-a entre estes valores. Nós vamos tentar conseguir este objectivo através de aproximações sucessivas passando necessariamente por outras desvalorizações que ainda se vão registar este ano.

SECAR A LIQUIDEZ

Relativamente à moeda angolana, a desvalorização foi uma medida tomada como meio de secar a liquidez. Segundo o ministro das Finanças de Angola, há um excesso de liquidez na economia angolana, afirmando sem reboço: Nós temos um sector administrativo do Estado que tem cerca de 70 mil trabalhadores em excesso; temos um sector produtivo que é ineficiente, e tem sido o OGE a subvencionar, não apenas os preços mas também os prejuízos das unidades inválidas. Face à retracção dos financiamentos externos e à pouca capacidade de investimentos internos, a única via para suportar este défice, esta decallage entre receitas e despesas, tem sido a sucessiva emissão monetária vazia. Daí o grande desequilíbrio entre a massa monetária e o conjunto de bens e serviços produzidos pela economia angolana. A troca da moeda visou reduzir esse desequilíbrio. Como sabe, as medidas monetárias não podem ser isoladas. Devem ser acompanhadas de outras medidas. Infelizmente, depois da troca da moeda e com um conjunto de problemas que se verificaram

naquela altura, as outras medidas não foram tomadas, e as medidas isoladas, neste contexto, não resolvem problema algum. Devido a esta circunstância, o mercado paralelo já terá recuperado em cerca de 80 por cento relativamente aos níveis antes da troca da moeda.

ECONOMIA OFICIAL E ARTIFICIAL

Quanto ao mercado paralelo, Aguiinaldo Jaime afirmou à nossa revista: *Este é consentido, pois ele representa a constatação de que a economia oficial é artificial. talvez seja a economia paralela aquela que respeita em maior grau as leis do mercado. Neste aspecto tentaremos, a curto prazo, a unificação dos dois mercados. É tarefa que se nos depara a unificação dos dois mercados - revelou a África Hoje o nosso entrevistado, que acrescentou: Tornar não atractivo o mercado paralelo, por forma a que a economia paralela caia sobre a alçada do Estado, de modo a que este possa ir buscar, através da tributação, a contrapartida do exercício desse tipo de actividade.*

MEDIDAS DE LIBERALIZAÇÃO

Angola está no limiar da liberalização da sua economia - disse Aguiinaldo Jaime, que acrescentou existir um conjunto de medidas para esse efeito. Assim, a liberalização da actividade comercial e a protecção de alguns preços relativos a uma gama muito restrita de bens e serviços vão ser abrangidas, e quanto aos restantes vamos deixar que seja o mercado a ditar as regras.

Quanto à excessiva prática de permutas de bens, o ministro das Finanças da RPA esclarece: *A permuta de bens é uma manifestação de que a nossa moeda perdeu o seu papel como instrumento geral de trocas e como meio reservatório de valores. E o kuanza perdeu esse valor porque a economia angolana tem um défice orçamental elevadíssimo representa 30 por cento do Produto Interno Bruto. Nós não temos outra alternativa que não seja a de reduzir drasticamente o défice orçamental.*

ONDE SE FALA DA ZONA DO ESCUDO

Colocada esta questão ao nosso interlocutor, este respondeu: *Nós temos problemas tão graves na nossa economia, sobretudo na área económica-financeira, que, na presença dessa questão que me coloca, penso tratar-se de um exercício de retórica salarmos neste momento na zona do escudo. Admito, contudo, que a médio prazo será um projecto a considerar de modo a ver até que ponto se pode conseguir essa unificação monetária dentro do espaço PALOP-Portugal.*

Quais as alterações que irá sofrer o sistema bancário relativamente à privatização, e em que medida os Bancos portugueses que operavam em Angola antes da independência, terão vantagens em se reinstalarem?

O nosso sistema bancário vai ser alterado. Já alteramos o sistema do mono-banco. Já criamos o Banco Central e vamos criar bancos comerciais e bancos de investimento. Nesta perspectiva, tivemos também outra alteração muito importante que foi a permissão do investimento estrangeiro neste sector financeiro. Vamos permitir que instituições privadas, nacionais ou estrangeira, possam investir neste sector, com excepção das funções do Banco central.

Quanto aos bancos portugueses que operavam em Angola, antes da independência, penso que as previsões apontam para que os bancos portugueses terão interesse em abraçar. Nesta perspectiva,

ou criam meros escritórios de representação, ou então optarão por criação de filiais ou sucursais. Isto vai ser possível mediante a promulgação dos nossos instrumentos feita recentemente pela Assembleia do Povo.

O nosso entrevistado admitiu, neste contexto, negociações entre o Estado de Angola e os antigos proprietários quanto à devolução de instalações.

GARANTIAS AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Sobre este tema, Aguiinaldo Jaime expressou-se deste modo: *A garantia que nós damos ao investidor estrangeiro é, antes do mais, uma garantia que decorre das mudanças económicas e financeiras em curso no nosso país, em que o Estado deve, em princípio abster-se de interferir directamente na actividade privada. Mas o investidor estrangeiro tem ainda outra garantia: a possibilidade de transferir para o exterior os seus dividendos, depois de satisfeitas as obrigações fiscais. Uma terceira garantia, será a possibilidade do investidor ser indemnizado em caso de nacionalização ou expropriação. E concluiu: Nós criaremos um quadro ideal para que toda a actividade económica, incluindo aquela que for exercida por investidores estrangeiros, possa ser, efectivamente, feita com eficiência e renuabilidade.*

Para o ministro das Finanças de Angola, não está excluída a possibilidade de abertura de contas em divisas, internamente, como também não está excluída a retenção no exterior de uma parte dos rendimentos em divisas que determinado projecto possa gerar, como meio de não estrangular a actividade dos agentes económicos. São soluções pontuais a curto prazo. Porém, a solução dos problemas, na globalidade, passa por um saneamento total da nossa situação económica-financeira.

RESTITUIÇÃO DOS BENS AOS ANTIGOS PROPRIETÁRIOS

Era inevitável a abordagem deste tema dada a sua importância na actual conjuntura. Sobre ele, Aguiinaldo Jaime pronunciou-se assim: *Quanto a este problema, posso dizer-lhe que as pessoas que estão não contactaram o Estado Angolano para reclamarem qualquer extradição dos seus bens. As pessoas reconhecem que Angola atravessa uma situação difícil. Reconhecem que, por diversas razões, os seus bens foram deixados numa situação de abandono. O que esses agentes pretendem obter do Estado angolano, sobretudo, se esses bens não foram confiscados ou nacionalizados, é a devolução em condições a negociar, que satisfaçam os interesses de ambas as partes.*

E Aguiinaldo Jaime concluiu: *Eu tenho dito que, nas situações de intervenção, e as situações de intervenção são aquelas em que o Estado angolano formalmente não confiscou nem nacionalizou quaisquer bens, uma das modalidades possíveis é a devolução pura e simples desses bens aos antigos proprietários. Já houve situações em que isso ocorreu e já há empresas portuguesas restituídas aos seus proprietários legítimos. E quanto às negociações para essas devoluções, existem muitos factores a serem ponderados. As empresas que foram nacionalizadas ou confiscadas, são empresas do Estado. Mudaram de proprietário. Já não são propriedade daquelas entidades que estiveram em Angola, e que por qualquer razão terão levado à adopção deste tipo de medidas. Nestas situações a regra não será o ajuste directo. A regra será o concurso público ou concurso limitado. Concursos esses a que os antigos proprietários poderão candidatar-se.* ■

AS RELAÇÕES ANGOLA-ESTADOS UNIDOS

África Hoje Número 43

Agosto-Setembro 1991

BCI - PRIMEIRO BANCO COMERCIAL ANGOLANO

O primeiro banco comercial angolano - Banco de Comércio e Indústria BCI - foi inaugurado pelo presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos. Este, no uso da palavra, atribuiu àquela instituição papel fundamental na reestruturação da banca e da economia no seu todo.

Presume-se que o BCI venha a ser privatizado no decorrer do próximo ano, com a alienação de 99% da actual participação do Estado. Entre os potenciais parceiros, admite-se a entrada do grupo português Espírito Santo. Segundo apurou *ÁFRICA HOJE* o BCI terá um capital social de mil milhões de kuanzas, o equivalente a mais de 2,5 milhões de contos.

O BCI vai "ajudar a consolidar o novo sistema bancário e prestar serviços necessários para a reabilitação da indústria e do fomento de comércio" - disse Eduardo dos Santos, na cerimónia inaugural do BCI.

O novo Banco permitirá lançar as bases para criar as condições para o normal funcionamento da economia de mercado no país - afirmou o presidente angolano. A nova Banca angolana - acrescentou - começará pela aplicação de capitais públicos mas, a breve prazo, será aberta à iniciativa privada nacional e estrangeira.

Pretende-se que os agentes económicos tenham no BCI a satisfação das suas necessidades, como suporte para a contratação no âmbito nacional e com agentes económicos no estrangeiro.

O BCI foi criado a 16 de Março último, através da legislação sobre instituições financeiras, que envolve o Banco Central, a Caixa de Crédito Agro-Pecuário e de Pescas, e o Banco de Poupança e Crédito, que substituiu o Banco Popular de Angola BPA. O novo banco abrirá até ao fim do corrente ano, quatro dependências, todas em Luanda, prevendo-se para 1992 a abertura de dependências nas principais cidades de Angola. É director-geral do BCI Pedro Maingale Puna, ex-director-geral do BPA.

O Grupo Espírito Santo manterá a consultadoria durante os primeiros seis meses. Este grupo, que teve em Angola grandes empresas, detem, presentemente, uma participação na fábrica de plásticos SIGA. ■

A fórmula do relacionamento bilateral Angola-Estados Unidos da América foi um dos temas debatidos no recente encontro entre os presidentes George Bush e Eduardo dos Santos. Para ultrapassar algumas barreiras e como forma de simplificar o processo, o governo angolano poderá abrir uma missão diplomática junto da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O estabelecimento de uma representação angolana junto daquela instituição (OEA) - segundo o *Jornal de Angola* será um artificialismo para conferir estatuto diplomático aos seus funcionários e abreviar a aproximação entre os governos dos EUA e de Angola. Esta solução serviria, segundo fontes angolanas, para ultrapassar o facto de os dois países não terem relações diplomáticas e de as mesmas estarem previstas somente para depois das eleições de 1992, com o reconhecimento de Angola pelos EUA. Em resposta a este gesto de Luanda, os EUA abrirão um escritório de interesses na capital angolana.

Refira-se que a Organização dos Estados Americanos tem a sua sede em Washington.

O *Jornal de Angola* aponta dois nomes para ocupar o cargo de representante de Angola na OEA: o embaixador Luís de Almeida, e o antigo dirigente da FNLA, Paulo Tuba como prováveis embaixadores. O primeiro, representa Angola junto da Organização para a Unidade Africana (OUA) e Paulo Tuba trabalhou com o advogado que defendeu os interesses angolanos nos EUA, Bob Washington. ■

Angola

Oposição cria Conselho Nacional

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 30 OUTUBRO 1991

DOZE PARTIDOS políticos angolanos acabam de criar o Conselho Nacional de Oposição (CNO) para obrigar o Governo "a um debate nacional" e a convocar uma conferência sobre as questões que afligem o país, entre as quais, "a Lei Constitucional e as demais referentes à democratização da sociedade". A decisão foi tomada no final de mais um encontro de concertação de várias forças políticas e é o reflexo da constatação prática de que, isolados, pouco poderão fazer frente aos dois principais protagonistas da cena angolana, o MPLA e a UNITA.

Os partidos que subscreveram a proclamação constatarão a existência alguns objectivos comuns, decidindo-se por isso pela criação do Conselho Nacional de Oposição (CNO), um órgão dotado de autonomia para "dar corpo à ideia de unidade das forças de oposição, com base em princípios democráticos, tendo em vista a efectiva pacificação e democratização do país".

O CNO será um órgão coordenador da actividade política dos partidos nele integrados que deverão assumir-se "de facto" como forças de oposição ao poder vigente. Os signatários deverão respeitar a independência e autonomia mútuas,

comprometendo-se a evitar críticas públicas recíprocas, sendo a opinião do CNO expressa unicamente por um porta-voz.

Da lista dos doze subscritores salta à vista a ausência do Partido Democrático Angolano (PDA), a única força emergente que conseguiu reunir as três mil assinaturas reclamadas por lei para o seu registo no Tribunal Supremo. Outro ausente é o Fórum Democrático Angolano (FDA), de jovens dissidentes da UNITA, que tem assumido posições isoladas mas que nem por isso menos activa.

Entre os doze, destacam-se o PRD (Partido Renovador Democrático), FPD (Frente para a Democracia), FNLA, MUDAR (Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução) e ainda a CNDA (Convenção Nacional Democrática de Angola). Os restantes não têm tido grande actividade nestes primeiros tempos de vida multipartidária em Angola.

Após terem insistentemente reclamado a realização de uma "conferência nacional soberana", sem que o Presidente da República, o MPLA ou a própria UNITA lhes tenham respondido, a maior parte das forças emergentes cria este novo órgão, como forma de pressão perante o Governo.

O MPLA e a UNITA já disseram publicamente que se opõem à realização de uma tal conferência, argumentando que não se deve copiar modelos de outros países africanos, onde o processo democrático tem sido bastante turbulento, como no Zaire. O Presidente Eduardo dos Santos já se pronunciou pela criação de um fórum para a democracia e pacificação, mas consultivo e nunca com carácter soberano.

De uma maneira geral, os partidos chamados emergentes queixam-se de falta de campo de manobra e de uma excessiva teia burocrática que dificulta a sua legalização. O líder da UNITA, Jonas Savimbi, afirmou recentemente que no próximo encontro com Eduardo dos Santos vai pedir-lhe que aligeire os mecanismos de legalização dos partidos, facto que o próprio secretário-geral do MPLA, Marcolino Moco, reconheceu necessário.

Com as eleições no horizonte

Neste momento algumas forças preparam-se para os "tempos duros" que se avizinharam e procuram montar as suas estruturas à altura dos

desafios. O Partido Renovador Democrático (PRD), com Joaquim Pinto de Andrade à cabeça, pensa realizar a sua conferência nacional no mês de Novembro, para eleição dos seus corpos directivos e definição de estratégia de oposição, já a pensar nas eleições do próximo ano. Este grupo tem-se manifestado particularmente activo em termos de propaganda e na denúncia de algumas situações menos claras, viu a sua posição reforçada com a entrada de Joaquim Pinto de Andrade e seus apoiantes, da antiga tendência "Revolta Activa" do MPLA.

Também a Frente para a Democracia (FPD), que é uma outra derivação política da ACA (Associação Cívica Angolana) a que inicialmente Pinto de Andrade esteve ligado, marcou para 8 a 11 de Novembro a sua convenção nacional. A FPD não se credenciou como "comissão instaladora" sob argumento de que não tira nenhum benefício dessa condição, preferindo o seu registo directo como partido. Tem estado a desenvolver um intenso trabalho nas províncias e recentemente realizou uma conferência de Luanda. Trata-se de uma for-

ça que aglutina muitos jovens quadros, sendo já considerado de "partido dos tecnocratas" podendo vir a crescer nos próximos tempos, faltando-lhe contudo uma figura com carisma para a liderança. Neste momento tem à sua frente Cláudio Silva, um do quadro da SONANGOL, a companhia angolana de petróleo, que terá sido afastado por não pertencer ao MPLA, num conturbado processo que vem no arrasto do escândalo do petróleo denunciado pelo PÚBLICO.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, havia anunciado há tempos a sua intenção de realizar uma conferência em terras angolanas, mas até ao momento ainda não voltou a pronunciar-se sobre o assunto. O mesmo se passa em relação aos outros dois signatários dos Acordos de Alvor: UNITA e MPLA. Ambos realizaram congressos antes da assinatura dos acordos de paz e julga-se que voltarão a reunir os seus militantes para preparar a nova fase de luta política. A UNITA não anunciou ainda os seus projectos, enquanto fontes do MPLA admitem a realização de uma conferência para, entre outros objectivos, possibi-

litar a recontração de militantes que se foram afastando ao longo dos anos.

Neste momento decorre o período de consultas do Governo com todas as forças políticas. O Presidente Eduardo dos Santos tem recebido as principais figuras da oposição, solicitando-lhes as suas posições sobre a legislação referente ao processo eleitoral e sobre a pacificação e democratização do país.

Segundo o calendário aprovado pela Comissão Conjunta Político-Militar (CC-PM), termina hoje o prazo para aquela auscultação. E nos primeiros dez dias de Novembro, o Governo deverá decidir sobre a data definitiva das eleições que serão anunciadas oficialmente no dia 11, décimo sexto aniversário da independência. As leis eleitorais deverão ser aprovadas até ao final de Novembro, período em que prosseguirão as consultas aos partidos da oposição para escolha dos observadores estrangeiros que acompanharão o acto eleitoral. O recenseamento eleitoral e a identificação dos cidadãos iniciar-se-á a 11 de Dezembro, prolongando-se até Junho de 1992. ■

Vitor Silva, em Luanda

Pompa e circunstância

Não encheram a cidade de Luanda mas gritaram, a plenos pulmões, pela paz. O cardeal de Lisboa levou-lhes a bênção do Papa

Manuel Vilas-Boas

TERÃO estado 55 mil católicos angolanos no recinto desportivo mais vasto do país. Mas no relvado não se trocavam lances de bola.

Maestro desta assembleia diversificada foi o cardeal patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, que ali estava como legado do Papa. Durante mais de três longas horas, os católicos angolanos deram largas à euforia que os assaltava desde os «dias do medo» que o regime marxista lhes impôs por mais de dezasseis anos.

Nos discursos voltaram invariavelmente as palavras mais desejadas para aquele país: concórdia, fraternidade, paz. «Não se levantem nunca mais,

sobre as terras angolanas, os gritos da guerra e os clamores da destruição e da morte fratricida. — disse D. António Ribeiro.

E quem escutou também, de viva voz, este apelo foi José Eduardo dos Santos, presente, entre os católicos, na assembleia. Dois dias antes recebera o mesmo recado do cardeal de Lisboa em audiência privada.

Outro cardeal, o de Luanda, D. Alexandre Nascimento, tomou também a palavra, já no final das cerimónias, para agradecer a colaboração da «Igreja-mãe de Portugal» e comunicar aos angolanos que já tinha ouvido todos os seus governantes mas que «a nenhum tinha ainda concedido a absolvição».

Uma referência explícita ao diálogo aberto da Igreja Católica com as autoridades governamentais de Luanda, interessadas na pacificação do conflito que opôs Igreja e Estado depois da independência.

Restituição de igrejas, seminários e conventos e a criação de uma Universidade Católica em Luanda são as promessas do governo de Luan-

da, que terão o apoio e a colaboração da Igreja portuguesa, de acordo com declarações de D. António Ribeiro, à sua chegada a Lisboa, na passada terça-feira.

Esta festa da Igreja angolana comemorativa dos quinhentos anos de evangelização levada a cabo por missionários portugueses foi antecedida de um simpósio em que participaram diversos especialistas da missionação africana, tendo os trabalhos decorrido no Palácio dos Congressos, tradicional lugar do debate das assembleias do MPLA.

Apesar do clima de um «certo triunfalismo saído de catacumbas» não foram unânimes as vozes que se levantaram durante o simpósio, que reuniu cerca de 500 participantes. Um teólogo angolano, André Lukamba, criticou abertamente o divórcio cultural da evangelização no seu país, e Frei João Domingos, missionário dominicano português, escalpelizou a «teologia da missão», voltada no passado (e ainda no presente) para a «teologia da salvação».

31 OUT 91

Grão Pará em Angola

O grupo Grão Pará quer construir um hotel de quatro estrelas em Luanda, Angola, logo que o Governo daquele país determine quais as áreas disponíveis para a construção de novos hotéis. O bairro de Futungo de Belas, uma das zonas mais ricas de Luanda — onde vive aliás o presidente José Eduardo dos Santos —, parece recolher para si o favoritismo do grupo dirigido por Fernanda Pires da Silva.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 DE NOVEMBRO DE 1991

Luanda acolhe «rock» portugueses em dois concertos dos UHF

A BANDA de António Manuel Ribeiro, UHF, prepara-se para actuar em Luanda, naquela que será a primeira apresentação de um grupo de rock português em Angola desde a independência do território. A realização dos concertos, agendados para os dias 8 e 10, no espaço fronteiriço a baía de Luanda e no Cinema Karl Marx, nasceu de um convite feito pelo Governo de Angola

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

Visita do Papa em Junho

O PAPA João Paulo II deverá visitar Angola em Junho próximo na sequência do convite feito por José Eduardo dos Santos e dos contactos desenvolvidos esta semana entre a Presidência e a Igreja Católica.

Segundo o EXPRESSO apurou os contactos que já vinham sendo desenvolvidos há algum tempo foram acelerados esta semana com a presença do Cardeal patriarca de Lisboa D. António Ribeiro que se deslocou a Luanda em representação do Papa para as celebrações do Vº Centenário da Evangelização de Angola. A data da visita ainda não se encontra totalmente acordada mas admite-se como muito provável que ela se realize em Junho.

As relações entre o Estado angolano e a Igreja Católica tem sofrido uma evolução positiva com a devolução já efectuada de alguns bens que foram confiscados à Igreja após a independência e a promessa de entrega de outros nomeadamente a antiga Emissora Católica.

O Presidente esteve presente a todas as cerimónias religiosas e foi notória a deferência com que o Governo tratou os altos dignitários eclesiásticos estrangeiros e angolanos. Presentes a todas as celebrações estiveram também as chamadas forças políticas emergentes. A UNITA não participou por ter sido convidada à última hora, o que sucedeu com as restantes forças e participantes na CCPM.

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

Excedente com Angola dispara...

O EXCEDENTE da balança comercial portuguesa em relação a Angola cresceu, no período de 1988/90, à taxa anual de 40 por cento, ocupando agora este país africano o décimo lugar entre os clientes de Portugal, anunciou esta semana o ICEP-Instituto do Comércio Externo de Portugal.

...e portugueses em força na FILDA

A REPRESENTAÇÃO portuguesa na FILDA-Feira Internacional de Luanda, a decorrer entre 2 e 11 de Novembro, contará com a participação de 160 empresas englobando 32 sectores, que ocu-

param a totalidade dos 2800 m² do pavilhão nacional. Organizada pelo ICEP-Instituto Português do Comércio Externo, farão também parte da participação nacional duas entidades oficiais e cinco associações empresariais. Paralelamente à FILDA-91 decorre, no dia 7 de Novembro, um seminário sobre «Investimento e cooperação industrial em Angola», com o objectivo de divulgação e informação das condições de investimento e dos apoios financeiros.

Valouro sai da Guiné para Angola

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

O GRUPO Valouro vai investir 15 milhões de contos em Angola, no desenvolvimento de um projecto de produção agrícola e avícola a realizar durante um período de seis anos.

Trata-se da transferência de um investimento inicialmente previsto para a República da Guiné-Bissau, conforme foi anunciado em Junho de 1990, alteração que tem por base a evolução verificada no panorama socioeconómico angolano, depois dos acordos de paz celebrados em Lisboa entre a UNITA e o Governo de Luanda.

Para além destes factores, geradores de confiança en-

tre vários empresários portugueses interessados em investir naquele país, há ainda a ter em conta «a existência de condições climáticas únicas (em termos de microclimas) e que afinal são determinantes no desenvolvimento de projectos de produção avícola; o posicionamento geográfico — de certa forma — estratégico de Angola, que poderá funcionar como ponto de partida privilegiado para a penetração em mercados potencialmente interessantes, naquele vasto continente e ainda o facto de os custos de produção se apresentarem bastante compensado-

res, podendo vir a permitir a prática de preços extremamente concorrenciais», justificou uma fonte da Valouro contactada pelo EXPRESSO.

Apesar da «mudança» da Valouro para Angola, os interesses na República da Guiné-Bissau não foram no total postos de parte, encontrando-se em situação de «stand by» um projecto de investimento no sector agropecuário da ordem dos 500 mil contos, cuja produção se destinará essencialmente ao mercado local.

No que diz respeito à empresa a constituir em Angola, o responsável da Valouro adianta que o grupo

português se encontra actualmente em fase de negociações com o Governo de José Eduardo dos Santos, «sendo previsível que daqui por um ano possamos avançar com os primeiros investimentos».

O capital social da futura empresa deverá ser, inicialmente, de 100 mil contos, repartido entre algumas firmas do grupo Valouro e outras empresas locais que se mostrem interessadas em aderir ao projecto. Numa fase posterior, o montante do capital poderá ascender a um milhão de contos.

O financiamento do projecto, por seu turno, deverá ser assegurado pelo Banco

Mundial (através de uma instituição sua subsidiária denominada International Finance Corporation) e pelo Banco Europeu de Investimento, admitindo-se ainda a hipótese do recurso a verbas comunitárias.

Apostar nas exportações

Seis meses depois da instalação das primeiras unidades de produção em território angolano deverá dar-se o «arranque» efectivo da produção, a qual se destinará, inicialmente, ao abastecimento dos mercados locais. No entanto, e ao fim dos primeiros três anos de activi-

dade, os objectivos da empresa concentrar-se-ão basicamente no mercado da exportação, estimando-se que entre 50 a 60 por cento dos produtos dali saídos sejam colocados em países do Médio e do Extremo Oriente.

Em termos de logística, os responsáveis pela futura empresa debatem-se com duas hipóteses: ou recuperaram instalações de outras unidades do género, entretanto danificadas pela guerra que assolou o país durante os últimos anos, ou, por outro lado, terão que construir de raiz todos os pavilhões necessários ao acolhimento das várias unidades de produ-

ção previstas no projecto.

A escolha da Valouro, em termos de localização do investimento, recaiu sobre alguns terrenos situados nos arredores de Luanda, o que se explica pela proximidade do porto marítimo daquela cidade.

De acordo com a fonte por nós contactada, «o 'cash flow' resultante da fase inicial de laboração servirá unicamente para novos investimentos a realizar pela empresa», prevendo-se que o retorno da totalidade do investimento efectuado se verifique ao fim do quinto ano de actividade.

Vitor Andrade

SoniceL exporta Hyundai para Angola

EXPRESSO

09

A SONICEL acaba de vender ao Governo angolano 2.804 automóveis, no valor de seis milhões de contos, da marca sul-coreana Hyundai, de que passou a ser representante para o nosso país. Angola é um dos mercados prioritários para a SoniceL, que através da sua associada local estará presente na Feira Internacional de Luanda, onde apresentará os novos modelos Hyundai.

«Queremos ocupar em Angola, apesar das condições naturais deste mercado, o lugar que criámos em Portugal», afirmou ao EXPRESSO Cristina Miguel, directora de «marketing» da SoniceL.

Representante no nosso país das marcas Rolls Royce, Bentley e Lotus, a SoniceL pretende entrar no mercado automóvel português de grande consumo através da Hyundai (construtora sul-coreana participada a 15 por cento pelos japoneses da Mitsubishi) — um produto que granjeou nos últimos três anos um estatuto de verdadeira «coqueluche» nos EUA, ao vender números pouco vulgares para um ilustre desconhecido do ramo.

«A SoniceL não possui nenhum automóvel 'de guerra' — um produto de grande consumo», disse ao EXPRESSO Cristina Miguel, acrescentando que ao enriquecer a sua oferta com quatro modelos Hyundai — Pony, Scoupe, Lanta e Sonata —, a SoniceL pretende atacar as faixas média/baixa do mercado, para o que se desinha já a respectiva campanha publicitária televisiva, com duração até ao final do ano.

«Para já, estamos a criar a expectativa, sem definir o produto, ao mesmo tempo que desenvolvemos a apresentação dos modelos a potenciais clientes», declarou ao EXPRESSO Cristina Miguel, adiantando que a intenção da SoniceL é de assegurar, gradualmente, «12 concessionários nas principais cidades. As primeiras impressões mostram-nos que o nosso nível de boas intenções foi ultrapassado, já que as perspectivas apontam para que já tenhamos vendido carros sem mesmo ainda existirem 'stands' ou concessionários definidos».

Aproximação entre Luanda e Pretória

de Vitor Andrade

ANGOLA e África do Sul concordaram em abrir escritórios de representação em Pretória e Luanda. Neil Van Heerden, director-geral do Ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros, esteve em Luanda para uma visita relâmpago, durante a qual foi possível obter a concordância do Governo angolano para um primeiro passo no sentido do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Van Heerden foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos a quem entregou uma mensagem de Frederik De Klerk relacionada com a cooperação bilateral. O diplomata sul-africano encontrou-se também em Luanda com dirigentes da UNITA, a quem terá explicado a decisão do seu país. Empresários sul-africanos visitam frequentemente Angola e têm manifestado repetidas vezes a sua vontade de investir no país. ■

África do Sul abre embaixada

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

O PESSOAL diplomático sul-africano que se encontra na Jamba deverá deslocar-se até ao final deste mês para Luanda a fim de abrir na capital angolana a primeira missão diplomática de Pretória.

As conversações para a abertura de uma representação de interesses sul-africanos em Luanda terminaram esta semana depois de um encontro entre o director geral do Ministério dos Estrangeiros de Pretória e o Presidente José Eduardo dos Santos.

O Governo do Presidente Frederik De Klerk concordou em encerrar a sua representação na capital da UNITA por «já não fazer sentido», o que para fontes sul-africanas não implica necessariamente um afastamento relativamente à UNITA.

LUANDA — Do nosso enviado
Benjamim Formigo

O SECRETÁRIO de Estado Durão Barroso deverá deslocar-se a Luanda por altura das celebrações da Independência — 11 de Novembro — onde assistirá ao anúncio da data das primeiras eleições livres em Angola.

Nessa ocasião estarão também na capital angolana o secretário-adjunto de Estado americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen e Vladimir Kasimirov, do Ministério Soviético dos Negócios Estrangeiros.

A presença dos três homens em Luanda é uma manifestação simbólica de apoio do mediador e dos observadores à data a anunciar pelo Presidente. «Sentimos que este período poderia ser crítico e a presença dos três irá sublinhar internamente o apoio externo ao processo angolano», explicou uma fonte ligada aos observadores.

A data das eleições não vai ser pacífica e mediador e observadores pretendem deste modo colocar todo o seu peso por detrás do anúncio oficial.

Com o calendário político bastante atrasado, o Presidente José Eduardo dos Santos, após uma incursão eleitoral pela província, desenvolveu esta semana, em ritmo acelerado, consultas às forças políticas sobre a futura Constituição do país, Lei Eleitoral e data das eleições.

Apesar do atraso com que as consultas aos partidos se iniciaram, o anúncio das eleições será provavelmente feito no dia 10 de Novembro. Segundo o EXPRESSO conseguiu apurar, o Presidente angolano está a considerar dirigir ao país uma mensagem nesse dia. Fontes próximas da Presidência não desmentem que o calendário eleitoral possa ser o núcleo da comunicação na véspera do aniversário da Independência.

UNITA sem informação

O Presidente avistou-se ao longo da semana com delegados dos vários partidos a quem entregou três propostas — Lei Eleitoral, data das eleições e projecto Constitucional — pedindo uma resposta nos próximos oito dias. A meio da semana, a Presi-

dência ainda não tinha ouvido a UNITA, que desconhecia oficialmente o conteúdo das propostas presidenciais. O movimento de Jonas Savimbi pedira antecipadamente um mínimo de cinco dias para análise dos documentos.

O Governo tem alegadamente procurado lidar com a UNITA «em pé de igualdade com os outros partidos» o que na prática se tem traduzido, para fontes independentes, numa «relação sempre à beira da crise».

A reunião da CCPM prevista para esta semana foi suspensa a pedido do Governo a fim de poder concluir as consultas políticas. Segundo o texto acordado no Estoril, as eleições deverão realizar-se entre Setembro e Novembro do próximo ano, havendo uma nota do mediador português e dos observadores americano e soviético, recomendando o mês de Setembro. O MPLA, que inicialmente estava inclinado para a realização das eleições em Novembro, parece

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

Angola aguarda anúncio das eleições

agora preferir Setembro, no preciso momento em que alguns partidos da oposição mostraram preferência por Novembro. Tal é por exemplo o caso da FNLA: «São mais 60 dias (entre Setembro e Novembro) para nos prepararmos para as eleições», disse ao EXPRESSO Ngola Cabango, o homem que representou a FNLA no encontro com José Eduardo dos Santos. A UNITA, o principal parceiro nestas conversações, não deu qualquer indicação de que a sua posição — eleições em Setembro — se tenha alterado.

A chamada oposição civil faz coro com o Governo afirmando que a extensão da administração central a todo o território tem sido prejudicada pela UNITA. O Governo por seu turno salienta que sem essa extensão «prevista nos Acordos os partidos não se podem movimentar livremente em todo o território e o recenseamento será prejudicado». Essa tem de resto sido uma das tónicas das intervenções do Presi-

dente José Eduardo dos Santos na sua recente digressão pela província e nos seus encontros com os representantes das chamadas forças políticas emergentes.

Coordenar oposição

Decorrerá hoje, em Luanda, a segunda reunião entre forças da oposição que procuram estabelecer uma plataforma comum para responderem ao Presidente angolano e concertarem posições quanto ao Fórum que se seguirá para discutir a legislação eleitoral. Há oito dias 13 partidos reuniram-se para uma primeira abordagem desta questão e esperam que a UNITA venha a participar em futuros encontros. A situação precária em que o país se encontra tem levado algumas forças políticas a defender, em privado, uma espécie de «pacto de regime» que garanta os primeiros anos de transição pacífica.

São, porém, múltiplas as críticas a esta

fórmula que muitos receiam possa «tornar-se uma reedição do fracasso do Alvor».

O discurso de Jonas Savimbi, visto em círculos europeus como «consideravelmente xenófobo», provocou receios na comunidade de negócios internacional. Isso não impediu porém que a Feira Internacional de Luanda, que esta semana se inicia, tenha a maior participação de sempre.

A verdade é que grande parte dos empresários que se encontram em Luanda não estão aqui para investir mas para procurar vender. Uma tentativa que pode demonstrar-se infrutífera dada a difícil situação cambial em que o país se encontra.

Meios independentes em Luanda minimizam, contudo, a interpretação das palavras do dirigente da UNITA que tem sido feita pela generalidade dos europeus: «Savimbi fez um discurso nacionalista, para africanos, os europeus esquecem frequentemente as características dos países do Terceiro Mundo e procuram interpretar tudo segundo os seus padrões. Foi um discurso nacionalista mas não xenófobo. Foi um discurso populista que não visava hostilizar os europeus», disse um intelectual independente que pediu para não ser identificado.

Esta explicação de meios não afectos à UNITA é porém contrariada por homens de negócios que vêm no discurso de Jonas Savimbi «a reedição dos discurso xenófobo de Agostinho Neto em 1974/75» e não escondem os seus receios pelas repercussões que «possa ter junto das populações que podem vir a hostilizar os estrangeiros». Receios que até ao momento, pelo menos em Luanda, se têm mostrado infundados.

Apesar desta complacência algumas personalidades da oposição não armada não escondem a sua desaprovação sublinhando que «o povo não pode esperar pelas eleições para comer e o investimento e auxílio estrangeiro representam postos de trabalho, desenvolvimento e comida de que o país e o povo necessitam». No mesmo sentido se pronunciou num encontro com o EXPRESSO, Ngola Cabango da FNLA: «O plano económico do Governo tem defeitos, não é claro. O Governo tem de discutir com a oposição a sua estratégia económica e os seus projectos, mas o país não pode esperar».

Oposição angolana cria Conselho Nacional

Um grupo dos chamados partidos emergentes na cena política angolana anunciou, ontem, formalmente, a constituição de um Conselho Nacional da Oposição (CNO).

O LÍDER da Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA), Paulino Pinto João, anunciou, no final da sexta reunião realizada pelos partidos, a institucionalização de um «órgão coordenador que dê corpo à ideia de unidade das forças de oposição, tendo em vista a pacificação do país».

Pinto João, disse que o CNO rejeita as consultas pelo Governo aos

partidos em separado, considerando que a «indefinição de um quadro institucional de auscultação tem contribuído para a tendência de bipolarização do processo democrático».

Em sua opinião, o processo de consultas, que deveria abranger não só as questões relativas às eleições mas todo o processo de democratização, deveria fazer-se com todas as forças políticas, «num quadro institucional, a definir entre o Governo e a oposição».

O CNO reúne a CNDA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Partido Renovador Democrático (PRD), a Frente para a Democracia (FPD), o Partido Democrático Pacífico de Angola (PDPA), o Partido Democrático

para o Progresso (PDP), a Aliança Nacional Angolana (ANA), o Partido Democrático Liberal de Angola (PDLA), o Partido Social-Democrata (PSD), o Partido Nacional Ecológico de Angola (PNEA), o Movimento de Defesa dos Interesses dos Angolanos - Partido da Consciência Nacional (MDA), o Movimento de Unidade Democrática para a Reconstrução de Angola (MUDRA), o Partido Angolano Liberal (PAL) e, como observadora, a União Democrática Angolana (UDA).

Telecomunicações vão ser recuperadas

As telecomunicações entre Luanda e cinco outras cidades an-

golanas, que se encontram praticamente isoladas, estão a ser recuperadas pela Marconi, em colaboração com a sua congénere angolana.

O projecto, no valor de cerca de dez milhões de dólares, é considerado de «emergência» e foi já iniciado, devendo estar concluído «antes de um ano», segundo afirmou à agência Lusa, em Luanda, Sousa Macedo, secretário-geral da Marconi.

O restabelecimento das ligações entre Luanda e Cabinda, Uíge, Lucapa, Benguela e Changongo, por meio da instalação de satélites, permitirá ligar outras localidades à capital e ao resto do mundo e responde às prioridades traçadas pela Empresa Angolana de Telecomunicações (Enatel).

O projecto visa, paralelamente, a instalação de 15 antenas em várias localidades, de forma a permitir a recepção de televisão em praticamente todo o país.

Sôusa Macedo, sublinhando a importância das telecomunicações, entre outras estruturas, para a concretização de investimentos internacionais, afirmou que a Marconi está empenhada em colaborar «em todo o processo de organização e desenvolvimento das telecomunicações em Angola».

Está também previsto para breve — o seu arranque depende apenas de uma autorização administrativa — o início do programa Portugal Directo, que permitirá o estabelecimento de comunicações internacionais.

Zaire preocupa Angola

LUANDA — Do nosso enviado Benjamin Formigo

A EVOLUÇÃO da situação política no Zaire está a causar sérias preocupações em Angola, tanto em círculos governamentais como nos meios ligados à CCPM (Comissão Conjunta Político Militar), receando-se que incidentes próximos do território angolano possam obrigar ao empenhamento de forças militares na defesa fronteiriça.

Se a situação no Zaire se desenvolver de forma desestabilizadora, a colocação de tropas na fronteira implicaria «movimentações de meios militares, desaconselháveis nesta fase», salientou uma fonte da CCPM, sublinhando que os atrasos que isso poderia provocar no processo angolano seriam «muito consideráveis».

A preocupação nos meios diplomáticos com a situação zairense vai crescendo à medida que a solução parece inexistente e aumentam os receios de que Mobutu possa tentar «uma fuga para a frente» criando uma crise externa, para abafar a grave posição em que se encontra. O afluxo de refugiados do Zaire a Angola é considerável mas «não preocupante», segundo fontes oficiais. Estas não escondem que, à medida que a situação se for deteriorando, o movimento de refugiados tenderá a aumentar e «Angola não está preparada (...) já não é fácil lidar com os refugiados internos!...».

Com apenas cerca de 62 por cento das tropas acantonadas, no cumprimento dos Acordos do Estoril, o atraso no processo de paz poderia arrastar-se caso as tropas tivessem de ser

usadas para o patrulhamento da imensa fronteira entre os dois países. A eventualidade já foi considerada, sendo possível, de acordo com fontes envolvidas no processo, «uma distribuição entre o Exército e as forças da UNITA, sob coordenação da UNAVEM, das zonas a patrulhar» de molde a empenhar as duas forças «na defesa da soberania nacional».

Uniformizar normas militares

Esta semana previa-se a posse do novo Comando Unificado das Forças Armadas. As Forças Armadas de Angola, surgidas da unificação de forças das FAPLA (governamental) e FALA (UNITA), terão um comando bicéfalo entregue ao gen. João de Matos (FAPLA) e ao gen. Numa Camalata (FALA). Numa primeira fase, as FA integrarão um número

reduzido de oficiais, nomeados paritariamente pelos dois lados. A este grupo caberá a instrução de um corpo mais alargado. A uniformização de normas militares será a prioridade deste grupo. Mais tarde, este embrião receberá as primeiras unidades e, à medida que a transferência for feita (em paralelo com a desmobilização), surgirá o novo corpo de Defesa angolano. O comando das unidades será entregue alternadamente a um oficial das FAPLA e das FALA. A um comando FAPLA corresponderá um 2º Comandante das FALA e vice-versa. Existem porém problemas a resolver quanto ao dimensionamento das unidades mais técnicas, em particular blindados e outras unidades em que a UNITA não dispõe de especialistas. O principal problema verificar-se-á na Marinha e na Força Aérea. Quanto ao Exército, fontes próximas do processo estimam que as unidades

blindadas em discussão têm uma dimensão «demasiado pequena para a extensão do território». As mesmas fontes salientam porém o entendimento das FAPLA e das FALA quanto à identificação das ameaças ao território.

Caberá, no entanto, ao futuro Governo saído das eleições definir a versão final das Forças Armadas, bem como uma decisão definitiva quanto ao seu comando, que dificilmente poderá ser repartido por duas pessoas.

Investimento português baixa em Angola

PÚBLICO

[DOMINGO, 3 NOVEMBRO 1990]

José Gomes Ferreira

Ao longo dos últimos anos, a importância de Angola como destino do investimento português no exterior tem vindo a decrescer. De facto, em 1990, aquele país já não foi o principal receptor do investimento de Portugal nos PALOP, ao contrário do que acontecia anteriormente, tendo Moçambique assumido a liderança (com 612 mil contos).

No ano passado, o investimento português em Angola somou apenas 190 mil contos (14,3 por cento do total dos PALOP), contra os 406 mil registados em 1987 (86,2 por cento), revelam dados do Banco de Portugal.

Em 1990, o investimento de Portugal naquele país chegou a ser mesmo inferior ao que se destinou à Guiné-Bissau (288 mil contos) e muito aproximado ao de São Tomé e Príncipe (148 mil contos).

Indústrias extractivas, comércio e indústria, construção e obras públicas e (em volume mais reduzido) o imobiliário, bancos e serviços prestados às empresas têm sido os sectores mais importantes da economia angolana a receber investimentos portugueses. Em 1989, foi também "muito importante a abertura de sucursais e escritórios de representação". O tipo de operação de investimento mais frequente foi a constituição de contratos de consórcio.

Estes dados constam da documentação de apoio distribuída pelo Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) aos participantes e interessados na Filda — Feira Internacional de Luanda, que decorre na capital angolana desde ontem e até ao dia 11 de Novembro.

Os mesmos documentos revelam também que "só em 1990 se verificou algum investimento directo angolano em Portugal, num total de 27.500 contos, repartido pelo comércio por grosso (45,5 por cento, restaurantes e hotéis (50,9 por cento) e imobiliário (3,6 por cento).

A balança comercial de Angola é tradicionalmente superavitária devido às exportações de petróleo, atingindo um saldo positivo de 1,6 mil milhões de dólares em 1989 (cerca de 232 milhões de contos). O crescimento das exportações, a uma taxa média de 14 por cento ao ano, é o principal responsável por uma evolução positiva nesta área, enquanto as importações cresceram a uma taxa anual de 4,1 por cento ao ano, em média, tendo vindo a diminuir o seu peso no comércio externo angolano.

Cerca de 60 por cento das exportações angolanas destinam-se ao mercado dos Estados Unidos. O peso da CEE como destino dos produtos angolanos tem vindo a reduzir-se. Pelo contrário, os países comunitários melhoraram a sua posição como fornecedores do mercado angolano, assegurando já quase 70 por cento do total das importações do país.

Este facto deve-se, sobretudo, ao crescimento das exportações portuguesas para Angola, que passaram de 15 para 23,6 por cento das importações totais daquele país entre 1988 e 1989. Também as exportações francesas para o mesmo destino aumentaram de 11,7 para 13,2 por cento do total, no período em consideração.

Apesar de Portugal se situar no nono lugar entre os clientes de Angola (com os EUA à cabeça), o nosso país é o principal fornecedor do mercado angolano (enquanto os EUA surge em quarto lugar). Em 1990, o excedente do comércio português com Angola foi de 45 milhões de contos, tendo crescido a uma média anual de 40 por cento entre 1988 e o ano passado.

No primeiro semestre deste ano, Portugal vendeu a Angola produtos no valor de 28,2 milhões de contos, tendo comprado o equivalente a 5,3 milhões. O saldo é, assim, de 22,7 milhões. No entanto, na documentação

de apoio distribuída pelo ICEP, é referido que "os valores apresentados para o comércio bilateral no primeiro semestre de 1991 estão muito aquém das possibilidades de fornecimentos de Portugal a Angola, atingindo as facturas pró-forma pendentes para despacho no Banco Nacional de Angola valores muito elevados".

Linha de crédito esgotada

O acréscimo de fornecimentos não se tem concretizado "por falta de financiamentos adequados, visto que a linha de crédito de curto prazo, entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola, já se encontra esgotada".

Os valores de exportação referidos (28,2 milhões de contos) dizem somente respeito ao movimento de mercadorias e produtos, não incluindo os valores relativos ao pagamento de serviços (construção e obras públicas, engenharia, projectos, consultoria, formação profissional e assistência técnica). Os respectivos montantes acabarão por ter reflexo na balança de pagamentos entre os dois países, "sendo o saldo altamente favorável a Portugal".

Angola continua a assumir posição de destaque como país de destino das nossas exportações, sendo o décimo cliente internacional de Portugal e o primeiro dos PALOP. Dos 37,4 milhões de contos vendidos para aquele grupo de países no primeiro semestre deste ano, 75,3 por cento destinou-se ao mercado angolano. Do conjunto das importações portuguesas daqueles países, no mesmo período, 78,5 por cento foram provenientes de Angola.

A nossa principal importação é o petróleo bruto, representando cerca de 93 por cento do total. Em relação a

outros produtos, só o café tem algum peso (5,8 por cento das importações, o que representou quatro mil toneladas pelo valor de 728 mil contos, em 1990).

Enquanto as espécies de produtos importados são em número muito reduzido, as nossas exportações para Angola apresentam um elevado grau de diversificação: "Os doze principais produtos exportados representam apenas cerca de 8,4 por cento do total", refere a documentação de apoio distribuída pelo ICEP. Pneus, peças e acessórios de veículos automóveis, tecidos, sabões, vinhos e cervejas, enchidos de carne, conservas de peixe e óleo de soja são alguns desses produtos.

Mais de 160 empresas portuguesas, envolvendo 32 sectores de actividade onde se destacam a alimentação e bebidas, bens de equipamento, tecidos e serviços, estão integradas no pavilhão nacional organizado pelo ICEP, na oitava edição da Filda. O pavilhão português tem uma área de 2800 metros quadrados.

O Dia de Portugal no certame está marcado para 5 de Novembro. Paralelamente à Filda, ocorrerá no dia 7, em Luanda, um seminário organizado pelo ICEP, pelo Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI) da CEE e pelo Ministério da Indústria de Angola. No encontro, serão debatidas as condições de investimento e apoios financeiros e logísticos disponíveis na área da cooperação industrial em Angola.

O dia 8 de Novembro será dedicado a encontros entre empresários portugueses e angolanos com vista ao desenvolvimento de oportunidades de negócio e eventual criação de empresas mistas. Mais de 200 empresas portuguesas já manifestaram interesse em contactar com potenciais parceiros angolanos para futuros negócios. ■

Angola recupera telecomunicações

PÚBLICO

4 NOVEMBRO 1991

A MARCONI e a sua congénere angolana, a Enatel, já iniciaram o projecto de recuperação do serviço de telecomunicações entre Luanda e cinco cidades que se encontram praticamente isoladas. Orçado em cerca de 10 milhões de dólares (perto de 1,4 milhões de contos), este projecto é considerado de "emergência" e deverá estar concluído antes de um ano, segundo o secretário-geral da Marconi, Sousa Macedo. Os trabalhos em curso visam o restabelecimento das ligações entre a capital angolana e Cabinda, Uíge, Lucapa, Benguela e Chingonho, através da instalação de satélites. ■

Violência, gera pânico em Angola

PÚBLICO 4 NOVEMBRO 1981

Vitor Silva,
em Luanda

O pânico e o terror voltam a Angola. Passada a euforia da paz, as pessoas recolhem-se em casa com receio de serem surpreendidas pelos bandidos que surgem em cada vez maior número nas cidades. A criminalidade disparou e o pior de tudo é que alguns partidos, na tentativa de tirar dividendos políticos, acabam por agravar a situação.

A paz em Angola está a trazer outros problemas quase tão graves como a guerra, nomeadamente ao nível dos principais centros urbanos. Luanda sobretudo. É a consequência do incremento assustador de criminalidade que tem feito vítimas em número indeterminado.

Os crimes sucedem-se numa cadência que obriga os cidadãos a recolher mais cedo, fechando-se a sete chaves nas suas residências que mesmo assim podem ser completamente esvaziadas na presença dos inquilinos sob ameaça de armas de fogo.

Depois da assinatura dos acordos de paz, a euforia do cessar-fogo levou muitas pessoas a meterem-se à estrada para visitar familiares e amigos descontraídos há anos. Mas foi sol de pouca dura. Se os guerrilheiros saíram das emboscadas, foram prontamente substituídos pelos bandidos, alguns dos quais saídos das fileiras militares de ambos os lados e que se recusaram a acantonar-se. Aproveitam, para isso, o material bélico que nunca devolveram.

O perigo voltou à estrada e, agora, quem viaja já prefere voltar a fazê-lo em grupo e quase sempre de dia. Mas nas cidades não há dia nem noite que não se registem episódios de autêntico terror, ou cenas que lembram os horrores do nazismo, seja sob a capa do banditismo ou do fanatismo partidário.

Os grupos organizados e mesmo os bandidos individuais aproveitaram a situação de desactivação dos exércitos para imporem as suas regras. E fazem-no de tal maneira que só casualmente são descobertos.

O caso recente do assassi-

nato do primeiro secretário da embaixada de Timor-Leste em Luanda, Francisco Vong, que se supunha ter alguma conotação política, pela hora (cerca das 14) e pelo local (em plena baixa), veio a revelar-se de puro vandalismo. Os autores foram capturados dias depois e contaram como haviam procedido para extorquir do diplomata a sua carteira: vendo-o estacionar a viatura acompanharam-no até ao edifício e à porta do elevador tentaram sacar a pasta. Ante a resistência do timorense os bandidos deram-lhe dois tiros e fugiram. Ambos tinham saído há um mês da cadeia, beneficiando de uma amnistia governamental.

UNITA acusa

O aproveitamento político que as forças militarizadas (Governo e UNITA) estão a fazer dos casos gera na população o receio de que a situação se agrave e se possa voltar às confrontações armadas. Dois novos crimes recentes suscitaram muita polémica.

Doméu Guimarães Correia Victor, director do gabinete do vice-ministro angolano dos Transportes, saiu sexta-feira do serviço e só apareceu na segunda-feira, morto. O corpo foi encontrado na zona do Museu da Escravatura, a uma vintena de quilómetros da cidade. O presumível criminoso, Domingos Agostinho "Maior", foi detido quando circulava na via pública com a viatura da vítima que terá sido morta com um tiro de revólver seguido de violação de uma amiga que o acompanhava. Segundo a polícia o acusado agiu isoladamente e o móbil do crime foi o roubo da viatura.

A UNITA fez sair um comunicado reclamando Correia Victor como militante e acusando o Governo de estar na origem da morte. O movimento de Jonas Savimbi diz que oficiais operativos da Segurança do Estado teriam "assassinado por espancamento" a vítima, propondo à CCPM a instauração de um inquérito "imediato" e a criação de uma comissão encarregue de investigar e extinguir a Segurança do Estado no país e nas instituições públicas. Na mesma ocasião a UNITA referiu que, há um mês, soldados das FAPLA "sob orientação do governo e do MPLA" assassinaram o coronel Lourenço Makanga, secretário-geral adjunto do movimento.

A família de Correia Victor reagiu e desmentiu qualquer envolvimento da vítima com a UNITA, acusando-a de estar a tirar partido do facto de um outro familiar seu (o único, dizem) ser oficial superior das FALA (o brigadeiro Correia Victor, recentemente substituído na subchefia da delegação da UNITA na Comissão de Formação das Forças Armadas).

Banditismo

Também o caso da morte de três pessoas num bairro da cidade acabou por conhecer igual aproveitamento político. António Luís "Carrapichoso", Lizete das Dores, sua companheira, e Benjamim Paulino, motorista, foram mortos à frente da casa da senhora quando chegavam para ir recolher umas coisas para, de seguida, viajarem até Cafunfo (Malanje). O acusado, Pedro Bandeira "Rato", oficial das FAPLA, disparou impiedosamente uma metralhadora

"AKM" sobre as vítimas dentro do carro. O crime, é considerado de "homicídio qualificado" com motivação passional — o seu presumível autor era o antigo marido da Lizete. O vice-ministro do Interior, Fernando da Piedade, terá "advertido" a UNITA para não publicar um comunicado que ele afirmou saber estar preparado e no qual António "Carrapichoso" era reclamado como seu militante.

Independentemente destes casos, em Luanda assiste-se a uma generalização de violência. As viaturas de distribuição de pessoal são constantemente alvo de ataques nos bairros suburbanos, no período da noite. Os motoristas exigem sempre um elemento da protecção física armada de metralhadora para os acompanhar.

Some-se a isso os múltiplos assaltos, desde os pequenos, a residências, aos tão bem planeados como o dos diamantes, e tem-se o quadro geral do banditismo em Angola. Diamantes avaliados em mais de cem milhões de dólares "voaram" dos cofres da central de escolha de Lucapa, naquele que é considerado o maior roubo de sempre desta pedra preciosa em Angola. Foram no total 26 mil e seiscentos quilates desaparecidos "misteriosamente" totalizando a produção do mês de Agosto em zonas sob exploração da SPE (Sociedade Portuguesa de Empreendimentos).

Justiça popular

O fanatismo político tem trazido também as suas vítimas. Foram também registados alguns casos de imolação. Uns quantos corpos surgem mortos na calçada da

noite sem que ninguém consiga explicar o sucedido.

A Igreja Católica, através do Cardeal de Luanda D. Alexandre do Nascimento, manifestou já a sua preocupação pela onda de violência que faz com que a vida humana não tenha nenhum valor.

As autoridades reconhecem o incremento da criminalidade na ordem dos vinte por cento, mas essas estatísticas estão de longe superadas pelos acontecimentos, uma vez que uma boa parte das ocorrências não chega ao conhecimento da polícia. Por força dessa situação, o Chefe de Estado nomeou um novo comandante para as forças da ordem pública. Trata-se do coronel André Pitra Petroff, considerado um "duro", que já esteve à frente da polícia com bons resultados. Numa operação para "saudar" a entrada do novo comandante a polícia prendeu poucos dias depois trinta elementos considerados "altamente perigosos" e matou oito em confrontos armados nas periferias de Luanda.

Sabe-se que a polícia importou alguns meios técnicos para melhor se apetrechar e responder à violência. Mas a população deixou também de ter confiança nas autoridades. E, assim, sempre que populares surpreendem um ladrão em pleno ofício não acreditam na justiça e fazem eles próprios o seu julgamento que, geralmente, só conhece uma sentença: a morte, seja por espancamento, seja pelo "colar de borracha" (um pneu em chamas pendurado na cabeça do ladrão) ou mesmo à catanada. ■

Liberalização da rádio e da televisão

Igreja e TSF investem em Cabo Verde

O CONSELHO de Ministros da República de Cabo Verde aprovou, na passada quarta-feira, a revisão da actual lei de imprensa, de modo a permitir a existência no país de um serviço privado de rádio e televisão. Há já dois interessados em investir na área radiofónica: um grupo empresarial luso-cabo-verdiano — a que está ligada a TSF — e a Igreja Católica.

Além da revisão da lei de imprensa, aprovada em 1986, o Governo de Carlos Veiga irá criar este ano uma lei de rádio e televisão que regulamentará estas actividades. "Não queremos que haja uma rádio em cada esquina", disse há poucos dias o secretário de Estado Arnaldo Silva, encarregado do processo de abertura a nível da comunicação social.

A concessão de licença e alvarás, de acordo com Arnaldo Silva, deverá ter em conta parâmetros como o tempo de emissão e programação dos candidatos.

Um dos requisitos será exigir que a programação nacional ocupe a maior parte do tempo de emissão. A lei imporá ainda normas no sentido de proteger a língua e a cultura cabo-verdianas.

De momento, existem dois grupos interessados em investir no sector da rádio. Um deles, é formado por empresários portugueses e cabo-verdianos que pretendem, com o apoio da TSF de Lisboa, lançar a Rádio-Jornal. Do grupo, constam industriais do ramo têxtil do norte de Portugal (nomeadamente do Porto e Guimarães) e empresários cabo-verdianos de Santiago e São Vicente.

A Rádio-Jornal emitirá a partir da Cidade da Praia (Santiago) e terá um estúdio regional no Mindelo (São Vicente), que cobrirá também a ilha de Santo Antão, segundo uma fonte ligada ao projecto. A Rádio-Jornal deverá estar pronta em meados do próximo ano e vai apostar fundamentalmente na cobertura informativa e desportiva, com a ajuda da TSF, com quem continuará a trabalhar em estreita colaboração.

Há poucos dias, estiveram em Cabo Verde técnicos da TSF para fazerem a primeira avaliação do projecto no terreno. Segundo Mário Pereira, administrador da estação radiofónica portuguesa, será assinado em breve um novo protocolo de cooperação com vista à construção dos estúdios e da formação dos futuros técnicos e jornalistas da rádio cabo-verdiana.

Entusiasmado, o grupo não nega a possibilidade de, a longo prazo, alargar o seu interesse à área da televisão, abrangendo toda a região da África Ocidental, pois, caso contrário, a ideia seria inviável tendo em conta a reduzida dimensão do território cabo-verdiano.

Igreja também investe

Os irmãos Capuchinhos, proprietários do jornal "Terra Nova", conhecido outrora pela sua oposição ao regime do PAICV, estão também interessados em investir numa rádio privada — um projecto já antigo, que só não foi adiante porque nunca encontrou do Governo a receptividade necessária.

A Rádio Terra Nova (assim se chamará a estação) contará com o apoio técnico italiano e emitirá a partir do Mindelo para a maior parte do arquipélago. Os responsáveis pelo projecto afirmam-se "certos de que a autorização de uma rádio privada" os "ajudará não só nos serviços de evangelização, mas também na formação dos valores sociais e democráticos".

Para além da Rádio Terra Nova e da Rádio Jornal outros potenciais investidores têm manifestado ao Governo o seu interesse em apostar no sector, o que chega a ser surpreendente face ao reduzido número de habitantes do país. Um deles é um emigrante nos EUA que pretende lançar uma rádio local na Ilha do Sal.

Rádio Nacional cria segundo canal

Entretanto, a Rádio Nacional de Cabo Verde, que até aqui detinha o monopólio do sector, prepara-se para enfrentar a concorrência que se aproxima. Para o efeito, um segundo canal, com características comerciais, deverá ser criado a médio prazo de forma a acompanhar o novo ritmo que se avizinha.

A existência de mais de uma estação radiofónica deverá retomar uma antiga tradição, iniciada em 1945, altura em que surgiu na Cidade da Praia a Rádio Clube de Cabo Verde. Por iniciativa de funcionários portugueses e cabo-verdianos, no mesmo período, surgiu em São Vicente a Rádio Barlavento e, mais tarde, com a independência, em 1975, a Rádio Clube do Mindelo.

O Estado chamou a si a exclusividade no sector, permitindo apenas a existência da Rádio Nacional de Cabo Verde, com estúdios na Praia, Mindelo e Sal. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Relações consulares

PÚBLICO

2 NOVEMBRO 1991

CABO VERDE e a África do Sul decidiram estabelecer relações consulares, o que pode ser visto como um primeiro passo para futuras relações diplomáticas.

Os dois países mantêm desde há muito relações comerciais, o que tem permitido que aviões sul-africanos escalem o aeroporto existente na ilha do Sal.

Por enquanto, a Cidade da Praia e Pretória far-se-ão representar a nível de um cônsul-geral não-residente — foi anunciado ontem, depois da visita efectuada a Cabo Verde por uma delegação sul-africana.

O actual representante da África do Sul na Costa do Marfim, Colin E. Paterson, será o cônsul-geral na Cidade da Praia, desconhecendo-se ainda quem é que Cabo Verde vai nomear.

Recentemente, o ministro cabo-verdiano da Economia, Manuel Chantre, esteve em Joanesburgo, aonde também se têm deslocado altos funcionários e empresários do arquipélago.

A decisão agora tomada coincide com o reatar dos voos sul-africanos para os Estados Unidos, levantado que foi o embargo de Washington a Pretória. E o Sal ganha assim nova vida, dado que depende essencialmente do aeroporto e do turismo.

O Senegal tem procurado concorrer com Cabo Verde no campo das escalas, mas a África do Sul parece preferir este último país, que nunca lhe fechou as portas, desde que em 1975 se tornou independente. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Guiné-Bissau

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 1 NOVEMBRO 1991

Movimento para a Unidade e a Democracia

O MOVIMENTO para a Unidade e Democracia (MUDe) é uma nova força política guineense que declara ter como adversário principal o subdesenvolvimento em que se encontra mergulhada a antiga Guiné portuguesa. E que parece posicionar-se como ponte entre o regime cessante e aqueles que o combatem.

"O cidadão guineense vive hoje pior do que há 20 anos" — constatou um dos dirigentes do movimento, João Dantas Pereira, durante a conferência de imprensa que, com o respectivo líder, Filinto Vaz Martins, deu ontem num hotel de Lisboa.

Oitenta e cinco por cento de analfabetos, um produto interno bruto per capita que mal ultrapassa os 160 dólares, uma esperança de vida de 39 anos e uma mortalidade infantil superior aos 200 por mil dizem claramente do malogro da prática do PAIGC, que "está condenado" — sublinharam os dirigentes do MUDe, uma das diversas forças que actualmente reflectem sobre a realidade guineense (36.000 quilómetros quadrados, um milhão de habitantes) e procuram uma saída para "o desastre".

A degradação acentuada da vida das populações, que em 80 por cento são rurais, foi apresentada como razão de ser para o surgimento da nova força política, cujo líder foi ministro da Educação e da Energia durante a Presidência de Luis Cabral, derrubado em Novembro de 1980 por João Bernardo Vieira.

"O preciso agora é que a Democracia se concretize; e para isso tem de haver largos consensos" — afirmou Filinto Vaz Martins, que hoje mesmo segue para Bissau, a fim de aí participar no vasto debate em curso sobre a efectivação do multipartidarismo que desde há largos meses tem vindo a ser proclamado por "Nino" Vieira.

Atitude moderada

Ao contrário de outras das novas formações, o MUDe não denunciou a extrema demora na legalização das novas formações políticas nem os entraves que, aparentemente, o regime tem levantado aos seus adversários. Assumiu, antes, uma atitude mais moderada.

Dizendo-se adepto do pensamento social-democrata, o antigo ministro Vaz Martins defendeu entretanto uma transferência de poderes do nível central para o local e a resolução dos problemas da África dentro de um contexto africano.

No seu entender, não é muito importante que os no-

vos partidos se legalizem de imediato, sendo antes essencial que se estudem as verdadeiras causas do subdesenvolvimento em que o país se encontra mergulhado: "Para divulgar idéias não é necessário estar legalizado."

Segundo ele, tudo deve ser muito bem definido e reflectido, sem precipitações, tornando-se pois necessário dar um certo tempo ao tempo para que a transição se processe da melhor forma possível: "Vale a pena perder um pouco de tempo e chegar a consensos alargados. Preferimos aguardar, ir devagar, mas seguramente."

Convidados pelo PÚBLICO a posicionarem-se melhor como partido político em gestação ou em fase de arranque, os dirigentes do MUDe sublinharam o cunho científico e académico deste grupo, que se afirma essencialmente empenhado em "detectar as causas do marasmo existente", num país que é na maioria rural mas onde as medidas têm sido normalmente tomadas tendo em conta as camadas urbanas.

A herança de Cabral

Depois de instados a concretizarem as suas impressões sobre o actual regime, reconheceram que não houve ninguém na direcção do PAIGC com pulso suficiente para aplicar da melhor forma possível as doutrinas de Amílcar Cabral, fundador do partido.

No entanto, destacaram que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é que "conseguiu libertar as duas pátrias", pelo que ninguém lhe deverá retirar "esse mérito, que faz parte da História".

Quanto aos actuais dirigentes da Guiné-Bissau é que manifestam as suas reservas, embora dizendo-se sempre dispostos a encontrar um terreno de entendimento com toda a gente, pois que "o adversário é o subdesenvolvimento".

O símbolo do MUDe é "o olho direito aberto" e a sua bandeira "um rectângulo branco com olho direito aberto, no canto superior esquerdo".

Para além dele e do PAIGC, existem actualmente na cena política guineense, embora ainda não devidamente legalizados, devido a entraves burocráticos, seis outros grupos: a Frente Democrática (FD), a Frente Democrática Social (FDS), o Partido Unido Social Democrata (PUSD), o Movimento Bafatá, o Partido da Convergência Democrática (PCD) e um resíduo da antiga Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING). ■

Jorge Heitor

Lisboa forma polícias de Bissau

PÚBLICO 20 OUTUBRO 1991

A CÂMARA de Lisboa vai formar em Novembro, na capital portuguesa, os primeiros efectivos da futura Polícia Municipal de Bissau.

Esta acção de formação inscreve-se no plano de actividades da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americano-Asiáticas (UCCLA) para este ano.

Os cinco formandos guineenses, que devem chegar hoje a Portugal, constituem os actuais efectivos dos serviços de fiscalização camarária. Aos novos polícias municipais de Bissau vão ser ministradas matérias como "Estrutura orgânica do comando", "Ética policial" ou "Segurança de instalações municipais".

"A criação da Polícia Municipal de Bissau é uma ideia antiga que o actual presidente, Manuel Saturnino Costa, conseguiu concretizar", disse um funcionário do município guineense. A criação desta força para — militar — poderá vir a provocar, contudo, um diferendo entre o Ministério da Segurança Nacional e Ordem Pública e a Câmara Municipal de Bissau face à incógnita sobre qual o departamento que exercerá o comando. "Já existe uma polícia de

âmbito nacional, que é a Polícia de Ordem Pública, e é nosso desejo dotar o país de uma polícia vocacionada para actuar unicamente no perímetro urbano, fazendo cumprir as posturas e os decretos municipais. Até este momento, temos utilizado a fiscalização civil dos serviços camarários, mas ela carece da autoridade que uma farda confere", disse o funcionário.

A organização da Polícia Municipal de Bissau será acompanhada da criação de um tribunal de execuções fiscais que funcionará a nível do concelho. ■

Lusa

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

Cin investe na Guiné-Bissau

A CORPORAÇÃO Industrial do Norte (Tintas Cin) acaba de criar uma associada na Guiné-Bissau, denominada Tintas Cin Guiné, Lda., e prevê, a médio prazo, implantar uma unidade industrial neste país da África Ocidental, a qual, em associação com a organização comercial agora emergente, deverá funcionar como plataforma de operações para os mercados vizinhos da Guiné-Conacri, Senegal e Mali. O

investimento terá duas fases distintas, a primeira das quais de natureza comercial, com a abertura de uma loja em Bissau e instalação de uma rede de distribuição. A segunda fase, que exigirá um investimento global de 50 mil contos, terá, de acordo com Homero Vasconcelos, director do departamento de exteriores da Cin, «um arranque mais demorado, apenas possível depois da área comercial nos fornecer indicadores precisos de que produtos devemos fabricar e em que quantidade».

Opposition parties

A previously unknown organisation, the Mozambican People's Progress Party (PPPM), announced its existence at a Maputo press conference on 3 August, with its leader, Padimbe Kamate, confidently predicting that he will easily defeat President Joaquim Chissano in the elections scheduled for next year.

Mr Kamate said that he had set up the PPPM in the northern province of Cabo Delgado as long ago as 1959. He also claimed that he had been a founder member of Frelimo in 1962, but to have abandoned it in 1969, after the assassination of the first Frelimo president, Eduardo Mondlane. After further questioning by journalists, he said he had entered Frelimo against his will, because the Tanzanian authorities would not allow any other Mozambican party to operate in Dar-es-Salaam.

He claimed that the PPPM had been "acting clandestinely inside Frelimo".

He also said that he had helped found Renamo in what was then Rhodesia in the mid-1970s, but left Renamo shortly afterwards "because I am a Mozambican nationalist".

Mr Kamate insisted that his party has been continuously active over 30 years, and has not had long periods of inactivity. Yet it has never published anything, and has never engaged in any known public activity.

None of the studies of recent Mozambican history that AIM is aware of make any reference to Mr Kamate or to the PPPM. His name does not figure in any documents referring to the foundation of Frelimo, nor in any of the accounts of how Renamo was set up.

AIM asked two current Frelimo leaders, who are founder members of the party, about Mr Kamate's claims. They had no recollection whatever of him.

The PPPM is currently based in Lisbon, where Mr Kamate runs an export-import business. He visited Mozambique throughout July, and was received by President Chissano, Prime Minister Mario Machungo and other members of the government.

Mr Kamate said that while he accepted the legitimacy of the president and the government, he regarded the Frelimo Party as "a paper tiger" that has "already died".

Asked how many members the PPPM has, he said that 200 had been recruited in Maputo, but that membership in the rest of the country was "secret".

Despite this, he boasted that in the 1992 elections the PPPM would win "100 per cent" of the votes. He

later scaled this down to 85 per cent for himself in the presidential elections, and 75 per cent for his party in the parliamentary elections.

The PPPM wishes to set up a federal form of government, but could give no details as to what this might involve.

As for finance, Mr Kamate boasted that the PPPM could acquire "a billion dollars" from unnamed donors. When asked who these generous souls might be, Mr Kamate replied "we have friends". However, he insisted that no Portuguese politicians or businessmen are backing the PPPM.

He described the ideology of the PPPM as "neutral", and when questioned as to how his party would run the Mozambican economy, he said that economics "should be left to the economists".

Mr Kamate claims to have a doctorate in sociology. When asked (in English, which he speaks considerably better than Portuguese) where he had studied, he replied "in the United States". Pressed to name the city, he said it was Washington.

What was the name of the university in Washington, insisted AIM. "New York", replied Mr Kamate.

The question was repeated, and Mr Kamate agreed that he had studied "at the University of New York in Washington".

Mr Kamate returned to Lisbon that evening, but said he would return in October to complete the organisation of the PPPM. Its first congress is expected to take place in January 1992.

Another new grouping, the National Convergence Party (PCN) made itself

public through an interview with the Sunday paper *Domtngo* on 18 August. The PCN as yet has no officers, and the paper spoke with three members of its founding nucleus, Lutero Simango, Inacio Chire and Barnabe Lucas.

Mr Simango is the son of Uria Simango, a former deputy president of Frelimo during the war for independence, who betrayed the liberation movement in 1969, shortly after the death of Dr Mondlane. He was arrested after Frelimo's victory over the Portuguese in 1974.

The PCN takes a more favourable attitude towards Renamo than most of the other fledgling opposition parties, claiming that Renamo's war has been a major factor behind political change in Mozambique. But in the interview, the PCN leadership insisted that it should not be described as "pro-Renamo" or "anti-Frelimo".



Kamate says he studied "at the University of New York in Washington" (AIM/Alfredo Mueche)

"The PCN does not defend Renamo. It defends a policy of national reconciliation", declared Mr Simango.

The PCN trio accused Frelimo of abusing its position, and protested at its use of state funding. They complained that no opposition party receives state funds, and that, as a result, the PCN has no money to travel round the country, nor even to rent offices or buy typewriters.

"Where are we going to find the resources to arrange 100 signatures per province?", asked Mr Chire (one of the conditions for the legal registration of a political party is the presentation of a list of 1,100 members or supporters, 100 from each province).

But Mr Chire himself contradicted this complaint elsewhere in the interview, saying "we are installed in all the provinces, we have members in all the provinces, and if it were not for our disagreement with the current law on political parties, we would probably already have registered".

But he refused to give *Domingo* any figure for the PCN's membership.

Mr Chire protested that private companies gave money to Frelimo, and even helped finance its Sixth Congress, but that these companies gave nothing to the opposition parties.

Under the current law, a state subsidy for political parties will be shared out in proportion to the number of seats the parties win in parliament: in the interval before Mozambique's first multi-party elections, the government has the discretion to allocate these funds - but so far only one party, Frelimo itself, has registered and has legal status. The law says nothing about private funding for parties.

PCN will not present candidates in 1992 elections

The PCN attacked Joaquim Chissano for allegedly using his position as President of the Republic to promote Frelimo. But the only example of this they could give was the fact that Mr Chissano's portrait appears on the new 10,000 meticals banknote. (It is, of course, normal practice in many countries to put a picture of the head of state on the currency.)

The PCN sees the new banknote as part of Frelimo electoral strategy, and made the unsubstantiated claim that most of the notes are circulating in rural areas, rather than in the cities, in order to persuade the peasantry that "Chissano is on the notes, so Chissano controls the money, and we should therefore elect him because, since he's in charge of the money he will help us".

The PCN will probably not present candidates in the 1992 general elections.

"We are not worried about next year's elections, because we are concerned with setting up the party", said Mr Lucas. "If the elections come next year when we have not finished the process of

establishing the party, then we would prefer not to take part".

The PCN calls for a market economy, but one with a "human face", in which "the state has a positive role in the defence of certain social strata through subsidising access to various services".

"We want a market economy where the private sector does not think only about profit, but also about providing a service for the benefit of the people", said Mr Simango. In general terms this position, with its blend of market forces and state intervention, is similar to that espoused by Frelimo.

The PCN also calls for the release of "political prisoners". Asked to name them, Mr Lucas mentioned several Frelimo opponents, including Mr Simango's father, who were detained at the time of independence. He said he did not know whether they were still alive, and Mr Chire added that the PCN would demand to know their whereabouts.

UNAMO criticises Renamo's "dictatorial line"

The General Secretary of another opposition party, UNAMO (Mozambique National Union), Carlos Reis, in an interview with the Maputo daily *Noticias*, published on 22 August, said he expected his party to register at the Ministry of Justice very shortly.

Mr Reis said that UNAMO, which is a breakaway from Renamo, now has 30,000 members, and has established delegations in all but two of the country's 11 provinces.

He added that UNAMO will hold its first congress at the end of this year or in early 1992 in the northern city of Nampula.

Mr Reis thought that reports that UNAMO President Gimo Phiri had entered an alliance with Frelimo were "just a rumour". But he warned that UNAMO would not accept such a unilateral act on the part of its president. "We want to continue to be an opposition, and we don't want to be puppets of any other party", said Mr Reis.

He criticised Renamo's intransigence at the Rome peace talks. "Renamo does not want to take a democratic position", he said. "It wants to take a dictatorial line. It accuses all the emerging parties of being satellites of Frelimo, and wants to be alone so as to take power".

"Governments throughout the world are adhering to multi-party democracy, and why won't Renamo accept this?", he asked.

Renamo's refusal to grant the legitimacy of the Mozambican state and government "has no basis at all", said Mr Reis. "Renamo should recognise that there is a government in Mozambique, and, regardless of what we may think of it, Frelimo has formed a legitimate government".

He warned that if the Rome talks collapsed, and the war continued, the emerging opposition parties might call for a multinational force to be sent to Mozambique to fight against Renamo.

FOREIGN REPORT

Mozambique and Italy 2182 October 31st 1991

The nasty civil war in Mozambique is likely to drag on. Some 800,000 Mozambicans will continue to live in refugee camps in neighbouring Malawi and smaller numbers will remain in Zimbabwe and Zambia. This will disappoint the Italian government and its friends in the Italian construction industry.

Mozambique's formerly Marxist government, led by President Joaquim Chissano, is anxious for the negotiations to proceed. These have been held in Rome under the aegis of the religious community of St Egidio and the Italian government. Mozambique's government could be vulnerable to a coup and is incapable of conducting an effective counter-insurgency war. It needs peace, but has so far been unwilling to accept a loss of power.

The rebels, led by Afonso Dhlakama, are not particularly interested in peace. The country is crumbling. They think they can eventually win.

Italy is finding it difficult to conduct the peace negotiations. The Americans have the impression that the Rome government would like to help out. But it has not found a formula that would enable it to keep two other countries out of the peace-making: Portugal, the former colonial power, and South Africa, Mozambique's big-brother neighbour.

If Italy brokers a peace agreement, it would like to win a lot of aid contracts for the reconstruction of the ruined country. So would Portugal and South Africa as well as some other countries. The Italian government itself is said by the Americans to have allocated some \$700m for future aid projects in Mozambique. Some Italian construction companies, particularly those with ties to the Socialist Party, are enthusiastic about the prospect. They will be hoping that the foreign minister, Gianni De Michelis, and his under-secretary for Mozambique, Mario Raffaelli, who are Socialists, will succeed.

Com criação de novas empresas

EXPRESSO, SÁBADO

2 DE NOVEMBRO DE 1991

OPCA em Moçambique

A OPCA (empresa de construção civil detida pelo grupo Interfina) e a Construtora do Tâmega ganharam, em consórcio, a adjudicação da empreitada da ponte de Xai-Xai, sobre o rio Limpopo, em Moçambique, uma obra em que as duas empresas portuguesas contarão com o apoio de uma construtora de direito moçambicano controlada pela primeira.

Jorge Rodrigues, da OPCA, afirmou ao EXPRESSO que esta empresa do grupo Interfina encetou um processo de diversificação das suas actividades com a criação de novas actividades de negócio, de que é exemplo a recente constituição do Departamento de Fundações, em associação com os ingle-

ses da Stent Foundation e a Geotecnia.

Comprar novas participações

A OPCA está também a desenvolver ligações com sociedades de sectores diferenciados, «procurando elos de coerência e complementaridade» com efeitos sinérgicos, tendo adquirido 22,5 por cento da empresa de gestão imobiliária Geotrês e duas parcelas de 11,25 por cento das unidades de tratamento de resíduos industriais Sigal e Ecotredi. Com um volume de negócios previsto em 12 milhões de contos para o final do corrente exercício — valor este que o responsável da OPCA considera

«praticamente impossível de não atingir», a empresa, cotada nas bolsas de valores de Lisboa e Porto, encerrou o primeiro semestre do ano com um ritmo de crescimento da ordem dos 108 por cento em relação a período idêntico do ano anterior referiu o mesmo responsável.

Como obras fundamentais da sua responsabilidade, a OPCA concluiu recentemente a auto-estrada do Estoril e a ponte de Angueira, em Trás-os-Montes, e tem em curso as obras da variante de Oliveira de Azeméis e o saneamento da Costa do Estoril. É também concorrente à adjudicação da concepção e construção do Hospital de Viseu — obra com valor aproximado de 7,5 milhões de contos.

A.E.Q.

PÚBLICO

4 NOVEMBRO 1991

Sida avança em Moçambique

O NÚMERO de casos de sida em Moçambique está a aumentar a um ritmo alarmante, concluíram especialistas da Comissão de Prevenção contra a Sida, reunidos sexta-feira em Maputo. Os hospitais moçambicanos têm confirmado uma média de dez casos por mês e, até agora, 272 seropositivos foram já identificados.

Estes dados, de acordo com os especialistas, revelam

apenas dez por cento do número real de casos de sida no país, devido ao deficiente rastreio da doença. As autoridades médicas também estão preocupadas com o alastramento de outras doenças sexualmente transmissíveis: os hospitais de Maputo estão a atender uma média de quatro mil casos mensais, sobretudo de sífilis e gonorreia.

Segundo a médica Ângela Salomão, é crescente o número de crianças que nascem já contaminadas por essas doenças. ■

PÚBLICO

3 NOVEMBRO 1991

DLAKHAMA — Afonso Diakhama, o presidente da Renamo, que amanhã chega a Lisboa, quer que Portugal assumira um papel activo e oficial nas negociações para a paz em Moçambique. O líder da Renamo disse ontem à agência Lusa, em Genebra, que o principal objectivo da sua visita a Portugal é informar o povo e o Governo português sobre a "real situação" em Moçambique. ■

PÚBLICO

29 OUTUBRO 1991

Líder da Renamo chega dia 4 a Lisboa

AFONSO DLAKHAMA chega a Lisboa no próximo dia 4 de Novembro. De acordo com informações recolhidas pelo PÚBLICO, a visita do governo português, a do Governo português. O líder da Renamo será, de resto, recebido ao mais alto nível do Estado, dado que tem audiências previstas quer com o Presidente da República, quer com Cavaco Silva.

A delicadeza desta visita, designadamente quanto às questões de segurança, explica que a sua organização esteja a cargo dos Serviços de Informações Militares. Não está ainda determinada a duração da estada de Diakhama em Portugal, mas sabe-se que está prevista também uma deslocação a Fátima e um jantar com empresários.

Culmina assim um processo complicado e moroso que tem também a ver com o posicionamento do nosso país face às nego-

ciações que decorrem em Roma para obter um acordo de paz para Moçambique. Portugal tem tido o maior cuidado em não retirar a maior protagonismo na liderança do processo e manteve sempre a postura de não intervenção, a não ser que fosse solicitado pelas partes envolvidas. Curiosamente, foi Diakhama quem mais interveio em favor da participação portuguesa, apesar de as autoridades de Lisboa optarem sempre por um "low-profile" no relacionamento com a Renamo, receosas de que uma atitude contrária pudesse pôr em causa as relações Estado a Estado com o Governo de Maputo. Agora, dado que houve uma "evolução" nas negociações e depois de ter sido assinado o protocolo número um, prevê-se que Portugal se faça representar em Roma, ou através de Durão Barroso, ou por alguém que actuie em representação deste. ■

PÚBLICO

3 NOVEMBRO 1991

Guardas atiram contra presos em Moçambique

GUARDAS de uma prisão em Maputo, capital de Moçambique, abriram fogo, ontem, contra um grupo de detidos que tentou fugir durante distúrbios no interior do estabelecimento. De acordo com o comandante da polícia da cidade de Maputo, Alberto Mondlane, seis prisioneiros escaparam, mas foram recapturados. Residentes da área de Sommerschild, onde fica a prisão, ouviram os primeiros tiros cerca das 8h00 (6h00 em Lisboa). As armas voltaram a disparar 40 minutos depois, durante cerca de dez minutos. Um jornalista moçambicano que conseguiu entrar na prisão após o incidente disse ter visto danos consideráveis, sugerindo mais a cena de um motim do que de uma simples tentativa de fuga por seis detidos. O comandante Mondlane negou-se a divulgar pormenores sobre os incidentes e disse não ter conhecimento de quaisquer vítimas. Testemunhas oculares, porém, garantem ter visto vários prisioneiros feridos serem evacuados em automóveis. ■

Soares, Cavaco e Durão Barroso na agenda do líder da Renamo

Dlakhama reúne com todos

Joaquim Trigo de Negreiros

Afonso Dlakhama chega hoje a Lisboa e já assegurou encontros com Soares, Cavaco e Durão Barroso. A todos vai dizer que deseja um papel mais activo de Portugal no processo de paz em Moçambique. A agenda da primeira visita do líder da Renamo a Portugal mantém-se envolta em grande secretismo, mas sabe-se que, na sexta-feira, Dlakhama vai a Fátima, "por uma questão de foro pessoal".

Afonso Dlakhama, o presidente da Renamo, chega ao fim da tarde de hoje a Lisboa com a garantia de se encontrar com Mário Soares, Cavaco Silva e Durão Barroso. Contactado pelo PÚBLICO, Manuel Frank, o responsável pela delegação da Renamo em Portugal, disse que estes encontros "estão todos assegurados", faltando apenas definir datas e horas.

Dlakhama permanece em Portugal até à próxima sexta-feira e o primeiro contacto com o Governo português — uma reunião considerada "crucial" com o secretário de Estado da Coopera-

ção e Negócios Estrangeiros, Durão Barroso — poderá acontecer já na terça-feira. Admite-se, no entanto, que a cerimónia de posse dos secretários de Estado do novo Governo obrigue a escolher outro dia. Para o encontro com Cavaco Silva, o dia mais provável é quinta-feira — o primeiro-ministro não está em Lisboa na quarta e Dlakhama reservou o dia de sexta-feira para uma romagem ao santuário de Fátima, para cumprir um desejo "do foro pessoal" (ver caixa).

Hoje, logo após a chegada, Afonso Dlakhama segue para o hotel onde ficará instalado onde "recebe cumprimentos" de "simpatizantes da Renamo, portugueses e moçambicanos". Entre os presentes estarão representantes do Movimento para a Paz e a Democracia em Moçambique, que há muito esperam pela concretização da visita.

A agenda desta primeira visita de Afonso Dlakhama a Portugal, que se realiza por iniciativa do líder da Renamo, tem sido mantida em grande sigilo. Sabe-se, no entanto, que Dlakhama espera encontrar-se com representantes da Igreja portuguesa — um encontro com o Cardeal Patriarca continua, segundo o representante da Renamo em Lisboa, "sujeito a confirmação" —, elementos da comunidade moçambicana, "empresários com interesses em Moçambique" e personalidades da oposição portuguesa.

Quanto à finalidade da visita, Manuel Frank distingue objectivos a longo e a curto prazo. A curto prazo, Dlakhama quer manifestar o interesse da Renamo num papel mais activo de Portugal nas negociações para a paz em Moçambique; a longo

prazo, o líder da Renamo está interessado em ultrapassar os obstáculos que têm caracterizado as relações entre o seu movimento e o Governo português e em assegurar que "se for Governo, privilegiará as relações com Portugal".

Sinal positivo

Episódio importante para a concretização desta primeira visita do líder da Renamo a Portugal foi o encontro secreto entre Afonso Dlakhama e Durão Barroso, em Genebra, em Abril deste ano. A reunião ocorreu a pedido de Dlakhama, que, entretanto, já tinha escrito a Mário Soares, pedindo uma audiência ao Presidente português e manifestando-lhe o desejo de vir a Portugal entre 10 e 30 de Maio. A audiência nunca aconteceu, mas o encontro de Genebra era o sintoma de que já haveria brechas no "gelo" que caracterizava as relações entre a Renamo e as autoridades portuguesas. Brechas que a "diplomacia discreta" de Durão Barroso se encarregaria de explorar.

Ao aceitar encontrar-se com Afonso Dlakhama em Genebra, o secretário de Estado português dava ao dirigente da Renamo um sinal "positivo" do Executivo de Cavaco Silva, cuja "irritação" com as "jogadas paralelas" do "lobby" pró-Renamo em Portugal no sentido de exercer pressão para "forçar" a visita de Dlakhama era conhecida.

Mas não é apenas a preocupação de Cavaco Silva em preservar as relações "Estado a Estado" com Maputo e às alegadas pressões do "lobby" pró-Renamo em Portugal que devem ser atribuídas as dificuldades no relacionamento entre S. Bento e a Renamo. Recorde-se que, já este ano, os obstáculos foram criados pelo próprio Afonso Dlakhama, que acusou o Governo português de ser "um dos principais culpados" da guerra civil em Moçambique. Dlakhama afirmou ainda que o Executivo de Cavaco Silva não perceberia "o que se passa em Moçambique" e tomaria decisões "baseado em propaganda da Frelimo".

Mais recentemente, e com mais ênfase à medida em que se acentua o impasse das negociações de paz que decorrem sob a mediação italiana, Dlakhama tem adoptado outro tom quando

se refere a Portugal. O líder da Renamo já afirmou — e não é difícil prever que o repetirá muitas vezes durante a próxima semana — que gostaria de ver Portugal assumir "um papel mais activo" nas negociações. A tradução prática deste desejo, isto é, o lugar que os representantes portugueses poderão vir a tomar à mesa das conversações, vai ser o tema central dos encontros que Dlakhama terá em Portugal. ■

Filho de régulo, ex-seminarista, duas vezes guerrilheiro

PÚBLICO 4 NOVEMBRO 1991

AFONSO DLAKHAMA, que amanhã chega a Lisboa com o estatuto de líder da oposição armada ao regime de Maputo, já combateu em três exércitos: em 1972 abandonou as forças portuguesas para se juntar aos guerrilheiros da Frelimo; quatro anos depois esteve envolvido na fundação da Renamo, organização da qual é hoje presidente.

A história deste homem começa no primeiro dia do ano de 1953. Em Chibavava, província de Sofala, nasce o filho do régulo Manguande. Recebe o nome de Afonso,

Afonso Dlakhama. O filho do régulo faz a instrução primária na região, na missão católica de São Francisco de Assis. Para continuar os estudos é levado depois para a província do Tete, onde frequenta o seminário de Boroma (ex-Zobué). Ainda hoje se afirma "cem por cento católico". É baptizado, crismado e casado pela Igreja com Rosário Dlakhama, e a sua intenção de aproveitar a visita a Portugal para ir em romagem ao santuário de Fátima é um sinal da ligação do líder da Renamo à Igreja de Roma.

Mas, apesar das suas convicções religiosas, o jovem Dlakhama não tinha vocação eclesiástica e por isso trocou o seminário pela Escola Industrial e Comercial da Beira, onde completou o quinto ano.

Segue-se uma passagem pelo Exército colonial português, que abandona em 1972, ano em que adere à Frelimo. Participa na guerra de libertação nacional combatendo os portugueses na província do Niassa.

Depois da independência, faz um curso intensivo de contabilida-

de e regressa à Beira, para assumir as funções de comandante provincial de intendência militar. É na Beira que conhece o fundador e primeiro presidente da Resistência Nacional Moçambicana — inicialmente conhecida pelas iniciais RNM, hoje designada como Renamo —, o engenheiro militar André Matadi Matsangaissa.

Em meados de 1977, Afonso Dlakhama abandona definitivamente a Beira para se juntar a Matsangaissa na Rodésia, onde estavam a ser treinados os homens da Renamo e de onde partiam as

suas primeiras incursões, essencialmente com o objectivo de destruir, em território moçambicano, as bases dos guerrilheiros que lutavam pela independência do Zimbábue. Dlakhama rapidamente se torna o segundo homem da Renamo e em Outubro de 1979, com a morte em combate de André Matsangaissa, assume a liderança da oposição armada a Maputo.

A partir desse momento, Afonso Dlakhama, hoje com 39 anos e três filhos, passa a viver com a família na base principal da Renamo, "algures" na Gorongosa. ■

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

Cavaco recebe Dlakhama como líder do PSD

À SEMELHANÇA do que aconteceu quando da visita de Jonas Savimbi a Portugal, Cavaco Silva deverá optar por encontrar-se com o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, na qualidade de presidente do PDS e não como primeiro-ministro. Até ontem, esta era a hipótese apontada como mais provável.

Em Belém, não constava da agenda do Presidente da República nenhum encontro com Dhlakama — que chega na segunda-feira a Lisboa, vindo de Genebra —, mas fontes da Presidência não excluíram a possibilidade de Mário Soares o receber.

Fontes da Renamo em Lisboa dizem que Dhlakama se vai encontrar sucessivamente, e por esta ordem, com Durão Barroso, Cavaco Silva, Mário Soares e o cardeal-patriarca de Lisboa, sendo dada como absolutamente certa uma deslocação a Fátima, apresentada como de ordem pessoal.

31.10.1991 O JORNAL

Afonso Dhlakama peregrino em Fátima

O SANTUÁRIO de Fátima está no roteiro do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, durante a visita que efectuará a Portugal, na próxima semana, apurou «O Jornal» junto de fontes da resistência moçambicana. Estão já confirmados, entretanto, encontros de alto nível entre Dhlakama, e as autoridades portuguesas. Um porta-voz da

organização em Portugal disse ontem (quarta-feira) ao nosso jornal que o líder da Renamo se avistará com Mário Soares, com Cavaco Silva e com o secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso.

Afonso Dhlakama inicia, na segunda-feira, uma visita ao nosso País e os contactos, que se encontram na fase de últimos acertos de agendamento,

foram preparados pela representação da organização em Lisboa. Estão ainda previstos encontros com empresários e com a comunidade moçambicana em Portugal. O líder da Renamo estará em Lisboa, até ao final da próxima semana. Afonso Dhlakama, que se desloca por iniciativa própria, visitará, depois, outras capitais europeias.

Líder da Renamo envolve Lisboa no processo de paz moçambicano

Dhlakama encontra-se com Cavaco e Barroso

O líder da Renamo é esperado hoje em Lisboa. Depois do acordo de Roma, parece chegada a hora de Portugal entrar directamente na mediação de paz para Moçambique.

INFORMAR o povo português e o Governo da real situação em Moçambique e do desejo de os Moçambicanos terem em breve um regime verdadeiramente democrático constitui o objectivo central da visita de quatro dias que Afonso Dhlakama inicia hoje a Lisboa.

Durante a sua estada em Portugal, o líder da Renamo encontrar-se-á com Cavaco

Silva e Durão Barroso.

Quando chegar, ao fim da tarde de hoje, ao aeroporto de Lisboa, Afonso Dhlakama poderá, enfim, realizar a velha aspiração de poder contactar directamente o Governo e encontrar-se pessoalmente com o lobby português da Renamo, que muito trabalhou, nos últimos dois anos, para a realização desse objectivo.

A visita de Afonso Dhlakama esteve prevista duas ou três vezes, mas nunca chegou a concretizar-se, em virtude de Lisboa a não considerar oportuna e ter feito passar a mensagem de que o visto não seria concedido.

Da última ocasião, o lobby da Renamo em Portugal chegou até a ver-se envolvido em situações de alegada diplo-

macia paralela, com notícias nos jornais a revelarem que o Presidente da República poderia receber Afonso Dhlakama, enquanto o Governo dizia desconhecer qualquer pedido de visto do líder rebelde moçambicano para se deslocar a Lisboa.

Papel de Portugal nas negociações de paz

O líder da Renamo disse recentemente, em entrevista ao DN, que a sua visita a Lisboa seria «uma grande ajuda» para o Governo português conhecer «melhor as posições» do seu movimento.

Nas vésperas de partir para Lisboa, Afonso Dhlakama desenvolveu contactos diplomáticos em Genebra com representantes de diversos

países e disse esperar que Portugal venha em breve a ter um papel activo e oficial nas negociações de paz que decorrem em Roma.

Os desejos de Dhlakama quanto a um maior protagonismo de Portugal nas negociações de paz para Moçambique afirmam-se numa altura em que o seu movimento e o Governo de Maputo chegaram já a um acordo de princípio sobre o desenvolvimento do processo de paz. Como se sabe, esse protocolo foi assinado, no dia 18 de Outubro, pelas partes envolvidas nas negociações, na Comunidade de Santo Egidio, em Roma.

Ao aludir à desejada intervenção de Portugal, Afonso Dhlakama salientou que, através dessa tomada de posição, a Frelimo e a Renamo poderiam usufruir de um intermediário que «verdadeiramente os compreende, até pela existência de uma língua comum».

Sobre a mesma possibilidade se pronunciou Joaquim Chissano ainda recentemente em Malta, ao dizer: «Aceitamos todas as ajudas para o cessar-fogo e o Governo português conhece a nossa posição oficial.»

Os bons-ofícios de Portugal na causa da paz para Moçambique nunca estiveram em questão. O Governo sempre se disponibilizou para as acções que as partes julguem convenientes, salvaguardando embora que a mediação é realizada sob os auspícios do Governo italiano.

Seja como for, a verdade é que a visita de Afonso Dhlakama a Lisboa envolve explicitamente Portugal no processo de negociação de paz para Moçambique.

P-M de S. Tomé amanhã em Lisboa

DANIEL DAIO, primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, chega amanhã a Lisboa em visita privada de cinco dias. Aproveitando o convite da TAP, que assinala o início da operação entre Lisboa e São Tomé com o avião "Airbus-310-300", o chefe do Governo de São Tomé e Príncipe é acompanhado por Óscar e Sousa, ministro do Equipamento Social e Ambiente, Evaristo de Carvalho, secretário geral da Presidência da República e Felisberto Neto, director-geral da Aviação Civil.

Embora com carácter privado, estão agendados encontros com o Presidente da República, Mário Soares, com o primeiro-ministro Cavaco Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros Deus Pinheiro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso. Em carteira estarão alguns projectos orientados e financiados por Portugal e que se

encontram parados. Será o caso da estação de televisão de São Tomé, financiada em cerca de 700 mil contos por Portugal, que ainda não funciona por problemas de insuficiência de energia na alimentação dos estúdios. A questão da falta de energia eléctrica afecta igualmente o bairro dos cooperantes portugueses, pretendendo as autoridades de São Tomé obter de Portugal o financiamento de algum equipamento, estimado em sete mil contos.

A delegação de São Tomé e Príncipe vai também encontrar-se com empresários portugueses, entre eles representantes da Marconi, empresa que vai inaugurar em Dezembro um sistema digital de telecomunicações para servir as principais cidades do arquipélago, incluindo a ilha do Príncipe. A Marconi é maioritária no capital da Companhia Santomense de Telecomunicações com 51 por cento do capital. ■

Manuel Dende, em São Tomé.

The struggle old A continues

THE ECONOMIST NOVEMBER 2ND 1991

REAL politics put down fresh roots when, on October 27th, South Africa's two main "liberation movements" got together to form the Patriotic Front. Hitherto the African National Congress (ANC)—much the larger of the two groups—has sought to defer negotiations with the white government, while the rival Pan-Africanist Congress (PAC) has rejected the whole idea of negotiations. The new front now aims to wrest the initiative from President F.W. de Klerk's government, demanding prompt all-party talks about how to form an interim government, and one-person-one-vote elections for a constituent assembly.

The ANC's secretary-general, Cyril Ramaphosa, claims that the Patriotic Front is a coalition of 92 organisations, representing at least 15m people. Understandably, he exaggerates. Several of the front's founding groups have overlapping memberships. Some, like the National Soccer League, are non-political.

Two important organisations remain on their own. Chief Mangosuthu Buthelezi's Inkatha Freedom Party calls the front "regressive and foreign", and will have nothing to do with it. Pandelani Nefolovhodwe's Azanian People's Organisation was excluded for denouncing other organisations, either for having taken part in "apartheid structures", or (a blow at the Natal and Transvaal Indian Congresses) for their racial make-up. Nor does the front embrace all the political parties of three tribal "homelands", some of which could provide useful allies for Mr de Klerk.

The president might also find allies inside the Patriotic Front, in Allan Hendrickse's Labour Party. Many of its Coloured (mixed-race) supporters have joined the ruling National Party, now that it has abandoned its racial exclusivity. If Mr de Klerk offers the Labour leaders a chance of survival, they may grab it.

Cynics suspected that the formation of the Patriotic Front would mask a takeover by the ANC of the smaller PAC, which split off in 1959. If the front's inaugural declaration lacks verve, it is because every ANC cliché is balanced by its PAC equivalent. ANC people use a clenched-fist salute, the PAC salutes with the palm open—and so on. The more important difference is that the ANC has always welcomed South Africans of all colours, while the PAC, claiming to be truly African, denounces multi-racialism.

For the time being, though, the ANC has protected its left flank from the cry of "sell-out", while the PAC has boosted its claim to equal status with its big rival. PAC zealots assert that, like fingers, the two organisations are separate but capable of striking as a fist. But they have spent 30 years denouncing each other. The smell of power may rekindle old rivalries.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 4 DE NOVEMBRO DE 1991

Violência na África do Sul faz mais sete mortos

SETE pessoas, entre as quais um polícia, morreram na noite de sábado para domingo em actos de violência verificados em diversas áreas negras próximas de Joanesburgo, informou uma fonte policial. A maioria das vítimas foi provocada por homens não identificados que abriram fogo contra veículos ou casas nas áreas de Soweto, Tokhoza, Kathejong e Alexandra.

ANC 'puxa' radicais para o diálogo

O HISTÓRICO pacto de amizade selado domingo entre as duas principais organizações nacionalistas negras da África do Sul — o ANC e o Congresso Pan-africanista (PAC) — poderá trazer consequências antagónicas para o desenvolvimento das negociações constitucionais sul-africanas.

Rompendo com a sua absoluta recusa em colaborar com a oposição branca, nomeadamente com o partido comunista, o PAC dá pela primeira vez sinais de estar disposto a sentar-se à mesa das negociações com o Governo sul-africano. Pretória louvou esta atitude dialogante dos pan-africanistas, mas receia que, para viabilizar a criação desta «Frente Patriótica», o movimento de Nelson Mandela regressasse a uma postura mais radical.

O ministro do Desenvolvimento Constitucional e principal interlocutor de De Klerk no processo negociacional, Gerrit Viljoen, reagiu «com indignação» à primeira declaração comum do ANC e do PAC, na qual o Governo é considerado «ilegal e ilegítimo». Mesmo admitindo que a exigência para a criação de um Governo interino e de uma Assembleia Constituinte pode vir a ser objecto de negociações na prevista conferência multipartidária, Viljoen considera que as rondas negociais entre o Governo e a oposição — interrompidas, desde Abril, com a escalada de violência — não poderão ser retomadas se o ANC decidir «voltar a adoptar o seu estilo agressivo».

Mandela no Governo?

O GOVERNO sul-africano está disposto a alterar a Constituição para associar ao poder os dois principais movimentos nacionalistas negros, o ANC, de Nelson Mandela e o Congresso Nacional Panafricano (PAC), anunciou ontem Gerrit Viljoen, ministro do Desenvolvimento Constitucional, numa entrevista publicada no jornal "Business Day". As modificações constitucionais seriam propostas no decurso de uma conferência que reunirá todos os partidos políticos sul-africanos, antes do fim do ano. Sem especificar o

seu conteúdo, disse Viljoen que tais medidas afectariam sobretudo "a composição e o funcionamento do poder executivo". Adiantou, no entanto, que o ANC e o PAC - que no último fim de semana anunciaram a sua coligação numa Frente Patriótica - poderiam assumir uma posição predominante no Governo, não excluindo também a participação do Inkhata, do líder zulu Mangosuthu Buthelezi. O actual Governo do Partido Nacional quer evitar a convocação de uma Assembleia Constituinte que arriscaria "um vazio de poder", preferindo uma revisão constitucional e um compromisso sobre o "controlo comum" das responsabilidades com a oposição negra.

África do Sul vê Portugal como "porta da Europa"

MARIUS WEIERS, alto funcionário do ministério sul-africano do Comércio e Indústria, disse ontem em Joanesburgo que "Portugal reúne condições para vir a constituir a porta da África do Sul na Europa".

A afirmação foi proferida durante um encontro com uma delegação empresarial portuguesa, cuja visita foi organizada pela Câmara do Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana com o objectivo de promover as trocas entre os dois países.

A delegação compreende vinte e sete empresários provenientes de Lisboa, entre os quais dois sul-africanos radicados em Portugal, que deverão permanecer até ao próximo sábado em Joanesburgo, procurando explorar novas oportunidades de negócios.

Marius Weiers afirmou no referido encontro que "o presente contexto da África do Sul é marcado por um quadro de transição e incerteza", sublinhando porém "as oportunidades oferecidas por um país em crescente aceitação internacional e com um nível de desenvolvimento impar no continente africano, onde pode vir a assumir uma função catalizadora".

O mesmo responsável acrescentou que "Portugal pode vir a ser a porta de entrada da África do Sul na Europa, enquanto a África do Sul pode, por sua vez, vir a ser a porta africana dos europeus".

O adido comercial da embaixada de Portugal em Pretória, Jorge Moreira, afirmou à agência Lusa que as exportações do nosso país para a África do Sul registaram um acréscimo de 1,2 milhões de contos no primeiro semestre deste ano, comparativamente com igual período do ano passado. ■

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 30 OUTUBRO 1991

Um teste a Kenneth Kaunda

PÚBLICO

QUINTA FEIRA, 31 OUTUBRO 1991

KENNETH KAUNDA ou Frederick Chiluba? Continuidade ou mudança? Cerca de três milhões de eleitores zambianos são hoje chamados às urnas para escolher entre o passado representado por "KK", como é familiarmente conhecido o Presidente, e o futuro prometido pelo líder mais carismático da oposição. Uma contenda filtrada pelo ajuste entre o Partido Unificado de Independência (UNIP) e o Movimento para um Pluralismo Democrático (MMD).

Chiluba, um sindicalista de 47 anos cujo talento oratório galvanizou multidões, bateu-se durante a campanha por uma maior justiça social e o fim da corrupção. Kaunda, o "pai da independência" da ex-colónia britânica, deu a escolher aos zambianos entre "a razão e o amor", esgrimiou ameaças do género "ou eu, ou o caos" e agitou o fantasma da guerra civil. Chiluba diz que Kaunda "não é um bom zambiano". Kaunda diz que Chiluba não é "maduro".

A rudeza da campanha ficou patente no combate verbal que precedeu as primeiras eleições legislativas zambianas dos últimos 20 anos: os democratas utilizaram "spots" publicitários extremamente sofisticados, concebidos por uma empresa londrina, mostrando imagens de desolação absoluta; por exemplo, mulheres andrajosas discutindo por um trago de água lamacenta, casas pilhadas, crianças sem cadeiras nem me-

sas numa escola ao ar livre, denunciaram o caos económico, defenderam a necessidade de novas caras na política. O UNIP significa essencialmente o rosto impassível de um homem, há 27 anos no poder, perante as mudanças que agitam a África e que receia as convulsões que acompanham a mudança dos regimes.

A instabilidade do vizinho Zaire foi especialmente usada pelo UNIP que explorou quanto bastassem as imagens de centenas de refugiados vindos de Lubumbashi e que atravessaram a Zâmbia fugindo da violência zairense. Diplomatas acreditados em Lusaka afirmam que o expediente é um exagero, pois na origem dos tumultos zairenses estiveram militares mal pagos enquanto a tropa zambiana ganha bem e não se queixa.

Observadores citados pela AFP concordam que chegou efectivamente a hora do ajuste de contas entre os democratas do MMD, apoiado por intelectuais e empresários, e os independentistas do UNIP. Aliás de acordo com o "slogan" mais esgrimido pela oposição durante uma agressiva campanha eleitoral: "Chegou a hora!" Uma hora vacilante entre o medo da continuidade

que só parece garantir a ruína do país e a esperança de uma ruptura apesar dos perigos que comporta um processo cheio de armadilhas.

As dúvidas sobre a transparência do sufrágio, nomeadamente sobre a proibição do escrutínio ocorrer nas próprias secções de voto, e o facto dos votos serem transportados para a capital nalguns casos de... piroga, foram suficientes para que a comunidade internacional se interessasse por acompanhar de perto as operações: Carter, o ex-Presidente norte-americano, que vem somando missões de vigilância umas sobre as outras, está no terreno à frente de uma delegação de árbitros europeus, africanos e americanos, bem como delegações da Commonwealth (Comunidade Britânica) e da OUA.

O abismo entre os contendores e os programas, agravado por uma campanha que um repórter qualificou de "venenosa", é verdadeiro. A hipótese de incidentes não está afastada logo que sejam conhecidos os resultados, sábado ou domingo. "Os riscos de polémicas ou mal-entendidos sérios são consideráveis e a hipótese de uma derrapagem é real", disse um analista. Mas estas eleições são de qualquer modo uma oportunidade para 2,9 milhões de eleitores deste grande e carente país africano de 7,8 milhões de habitantes e um verdadeiro teste para a democracia no continente negro. ■ F. S.

Um país de Presidente único

EM 27 anos de poder, Kenneth David Kaunda já soube uma vez como o povo reagiria ao seu derrube da Presidência da Zâmbia. Foi no final de Julho do ano passado, no auge de vários dias de motins desencadeados pelo anúncio de aumento de preço de cereais. Um tenente repetiu na rádio, de quarto em quarto de hora, que Kaunda tinha sido deposto. Milhares de pessoas fizeram uma festa nas ruas de Lusaka: "Kaunda acabou!".

O ousado tenente e o seu grupo de homens nada conseguiram para além da demonstração de uma evidência: mais de um quarto de século no poder, e exercendo-o quase sempre de forma no mínimo autocrática, é demais. Mas os golpistas frustrados não passarão à História e Kaunda sim.

Nascido em 1924, entrou cedo nas lides políticas e cedo também (aos 29 anos) conheceu as cadeias do poder colonial britânico, em resultado da sua luta pelo fim da Federação da Rodésia e Niassalândia e pela independência da Rodésia do Norte (Zâmbia). Quase de um fôlego, em 1963 e 1964, viu concretizarem-se os dois objectivos. E, para mais, tornou-se o primeiro (e único, até agora) Presidente da Zâmbia.

É assim um dos pouquíssimos sobreviventes da primeira geração de líderes africanos pós-coloniais. Talvez porque a Zâmbia tenha mudado tão pouco (o referendo de Outubro do ano passado que escolheu o multipartidarismo foi a primeira experiência democrática).

Kenneth Kaunda, cuja estrela e popularidade têm declinado em paralelo com os preços do cobre (que é quase uma mono-exportação zambiana) no mercado mundial, gostaria que a Zâmbia tivesse mudado ainda menos. Bateu-se contra a proliferação de partidos, por acreditar que a sua UNIP seria um partido único quase ideal. Quase. As vozes discordantes, poucas, costumava tratá-las sibilinamente por serpentes, para acrescentar, com africana sabedoria: "Todos sabemos o que se faz às serpentes".

Em Agosto do ano passado admitiu, talvez pela primeira vez: "Um dia vou retirar-me". Mas também deixou claro que não é para já: "Quero reformar-me feliz, não quero deixar para trás problemas económicos".

O júbilo prematuro dos zambianos há um ano, se confirmado nas eleições de hoje, poderá querer dizer que Kaunda se reformará em breve. Infeliz, claro. ■

Kenneth Kaunda foi derrotado

PÚBLICO

2 NOVEMBRO 1981

Jorge Heitor

Depois de Aristides Pereira, Manuel Pinto da Costa e Mathieu Kérékou, coube a vez a Kenneth Kaunda. Os povos africanos, quando chamados às urnas, em eleições pluralistas, rejeitam claramente aqueles que os governaram durante longos anos, em sistemas de partido único.

A Zâmbia, antiga Rodésia do Norte, entre Angola e Moçambique, encerrou ontem um capítulo da sua História, com a derrota eleitoral do Presidente Kenneth Kaunda e do Partido Nacional Unido da Independência (UNIP).

Conhecidos parcialmente os resultados das primeiras eleições livres ali efectuadas desde há 23 anos, a vitória cabia claramente ao Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD) e ao respectivo líder, Frederick Chiluba.

Mais uma vez, nestes últimos 10 meses, o eleitorado africano dizia "não" a partidos e a políticos que se ti-

nam arrogado o direito de governar sem qualquer oposição autorizada.

A meio da tarde, o MMD já garantira 34 dos 150 lugares no Parlamento, enquanto a UNIP não tinha mais de quatro.

Entretanto, na corrida presidencial que se desenrolou em simultâneo, Chiluba ia com 223.954 votos, face aos 58.486 de Kaunda, o mais antigo dos líderes africanos até agora derrotados num acto eleitoral.

A afluência às urnas, nas eleições de quinta-feira, não foi muito grande, mas o resultado não deixou margem para dúvidas. A oposição foi maioritária, designadamente, na chamada Cintura de Cobre, coração mineiro do país, situado a Sul do conturbado Zaire.

Fiscalização internacional

Os resultados finais poderão só ser conhecidos no início da próxima semana, dado que as urnas de muitas zonas rurais têm de ser transportadas para os principais centros urbanos. Mas desde já se sabe que todo o processo decorreu de forma razoável, sob a fiscalização

de observadores internacionais, designadamente da Commonwealth.

Angola e Moçambique, países vizinhos que se preparam para a realização de eleições multipartidárias, enviaram representantes a acompanhar a votação, de modo a recolherem eventuais lições.

Tanto Chiluba, de 48 anos, como Kenneth Kaunda, de 67, tinham pedido aos seus partidários para acatarem o resultado da consulta, fosse ele qual fosse. E o Presidente cessante dissera mesmo que, em caso de derrota, continuaria à

SARAH JANE POOLE/AP



Frederik Chiluba está prestes a garantir a presidência da Zâmbia

frente do Partido, preparando-se para novas eleições, dentro de cinco anos.

Simbolo da independência proclamada em 1964 e da luta de toda a África Austral contra o colonialismo, Kaunda foi perdendo pouco a pouco a popularidade dentro do próprio país, vítima de um subdesenvolvimento que teima em atormentar os povos africanos e que não é passível de ser ultrapassado em uma ou duas gerações.

Filho de um missionário, o Presidente zambiano, defensor de um humanismo não-violento e cristão, foi

muitas vezes intermediário entre os movimentos de guerrilha da África Austral e os países ocidentais, tendo ocupado por duas vezes a presidência anual da Organização de Unidade Africana (OUA), em 1977 e em 1987.

O novo "Messias"

Agora, porém, a sua estrela empalideceu, devendo passar a pasta a Frederik Chiluba, conhecido entre os partidários por "Libertador", "Moisés negro" e "Messias", tal é a necessidade que a África tem de um novo começo.

Os colaboradores do novo líder ajoelham-se perante ele e chamam-lhe "Sua Excelência", aparecendo aos olhos de muitos zambianos como a imensa esperança de um Amanhã melhor. Mas ninguém sabe dizer ao certo por quanto tempo se irá prolongar este enorme crédito que à partida lhe é concedido.

Nascido em 1943 em Kitwe, na Cintura de Cobre (Copperbelt), filho de mineiro, dedicou a maior parte da vida ao sindicalismo e foi eleito em 1974 presidente da Confederação dos Sindicatos Zambianos.

Detido sem julgamento

em 1981, durante quatro meses, por incitamento à greve, reconverteu-se ao cristianismo e ganhou fama de incorruptível, tendo rejeitado lugares de ministro e de embaixador com que o poder lhe chegou a acenar.

Ao longo do combate pela instauração do multipartidarismo, conseguiu galvanizar multidões com os seus dotes de orador, ao falar de injustiças sociais, de corrupção e da necessidade de mudanças: "Chegou a Hora" foi a palavra de ordem da campanha.

Frederik Chiluba, que mede apenas um metro e meio, veste agora impecáveis fatos de corte italiano e gosta de ser comparado ao Presidente polaco, Lech Walesa, pois também tem nove filhos, um passado sindicalista e um enorme fervor religioso.

Autodidacta, fez estudos por correspondência e afirma-se grande admirador do norte-americano Abraham Lincoln e do indiano Mahatma Gandhi, políticos que acabaram assassinados.

Alguns dos seus críticos dizem que o novo astro da política zambiana revela já uma certa tendência para o autoritarismo (como aliás tem sido apontado em relação a Walesa) e só gosta de se rodear de pessoas que não lhe levantem grandes objecções. ■

Zambie : la fin d'un règne

Chassé par les électeurs, le président Kenneth Kaunda abandonne le pouvoir, qu'il détenait depuis vingt-sept ans

par Jean-Claude Pomonti

« Gentil géant » de l'Afrique australe - un surnom que lui valurent sa haute taille et une apparente bonhomie, - Kenneth Kaunda aura consacré une bonne partie de son existence à la quête laborieuse et souvent malencontreuse d'un *modus vivendi* avec le « pouvoir pâle » installé au sud du Zambèze. Le verbe généreux et souvent confus, il aura tout tenté pour empêcher une conflagration généralisée dans la région tout

en mesurant mieux, au fil des années, la vanité de ses efforts et, peut-être aussi, le déclin de son influence personnelle lié aux résultats plutôt médiocres de sa politique dans son propre pays.

Né en avril 1924 à Lubwa, dans le nord de la Zambie, Kenneth Kaunda est le huitième enfant d'un pasteur malawite presbytérien envoyé dans cette région en 1904. L'inattendu - tel est le prénom de cet enfant venu sur le tard - fait ses études primaires sur place et secondaires à Lusaka. Il revient à Lubwa en

1943, d'abord comme instituteur, puis il est assistant dans l'une des mines de la « ceinture de cuivre » zambienne, et enfin fermier.

C'est par le biais d'une association locale de fermiers qu'il se lance avec succès dans la politique et devient, dès 1953, secrétaire général du Congrès national africain (branche de la Rhodésie du Nord, le nom de l'actuelle Zambie avant son indépendance).

Interné deux mois en 1955 pour possession de littérature interdite, il rompt avec l'ANC trois ans plus tard pour former le Congrès national de Zambie, qui sera interdit en 1959. Kenneth Kaunda passe alors neuf mois en prison et, dès sa sortie, prend la tête d'un nouveau parti, l'UNIP (Parti unifié pour l'indépendance nationale). Elu député au Conseil législatif en 1962, il remporte avec l'UNIP les élections suivantes et devient ainsi, le 22 janvier 1964, le plus jeune premier ministre du Commonwealth. A ce titre, il négocie l'indépendance de la Rhodésie du Nord, en mai 1964, à Londres, et, lorsque la République de Zambie est proclamée, le 24 octobre de la

même année, il en devient le premier président. Il sera réélu à la tête de l'Etat tous les cinq ans, non sans avoir dû surmonter plusieurs crises internes et avoir placé son pays, en décembre 1972, sous le régime de parti unique.

En janvier 1976, il déclare la Zambie « en guerre » en annonçant l'application d'un état d'urgence vieux de onze ans et quelque peu oublié. L'Etat ne tire plus de revenus suffisants du cuivre, qui assurait, deux ans plus tôt, la moitié de ses ressources. Le régime fait alors face aux pressions d'un « lobby sud-africain » favorable au rétablissement officiel des relations commerciales avec la Rhodésie (futur Zimbabwe) et la République sud-africaine. Kaunda se trouve dans une impasse : ni l'économie ni la société post-coloniales de la Zambie ne semblent se prêter aux rajustements nécessaires. Douze années après l'indépendance, le pays fait peut-être encore trop penser à l'ancienne Rhodésie du Nord...

Un carrefour important

La « zambianisation » tant prônée par le chef de l'Etat n'est guère un succès. L'exploitation du cuivre est demeurée entre les mains des cadres européens de sociétés multinationales. A Lusaka, le style de vie ne s'est pas beaucoup modifié depuis l'époque coloniale : chacun continue de vivre chez soi, l'Européen au bord de sa piscine, l'Indien dans son magasin et l'Africain à sa place, à cette nuance près que les conditions de sécurité se sont nettement dégradées. Pour nourrir quelque cinq millions de citoyens, le gouvernement s'en remet même de plus en plus à de discrètes importations d'Afrique du Sud. Depuis l'indépendance, la superficie des terres en culture a diminué.

En revanche, sur le plan régional, la capitale zambienne est devenue un important carrefour et le président Kaunda participe à toutes les négociations sur l'avenir de l'Afrique australe. En janvier 1973, il prend la courageuse décision de fermer la frontière de son pays avec la Rhodésie de M. Smith, ce qui prive la Zambie de sa principale voie d'exportation de cuivre. Fin 1974, quand M. Vorster lance sa politique de « détente » avec l'Afrique noire, qui fera long feu, le président zambien évoque, bien imprudemment, la « voix de la raison » et ira même jusqu'à rencontrer, le 25 août 1975, à l'occasion d'une conférence sans lendemain sur le problème rhodésien, le premier ministre sud-africain, geste qu'il renouvellera sept ans plus tard, en mai 1982, sans davantage de succès, à l'égard de M. Botha, successeur de M. Vorster.

Entre-temps, les louvoiements de « K. K. » - tous les Africains l'appellent désormais ainsi - ne lui valent pas que des amis.

Pendant le conflit angolais, Kenneth Kaunda prend partie pour l'UNITA de M. Jonas Savimbi contre le MPLA d'Augustinho Neto. C'est par la Zambie que transite une partie du matériel de guerre de l'UNITA. « K. K. » aurait même été l'un des chefs d'Etat d'Afrique noire à réclamer une intervention armée de l'Afrique du Sud contre les troupes cubaines.

S. Kenneth Kaunda a parfois donné l'impression d'être pris entre deux feux, ou celle d'être un peu dépassé par le cyclone qui s'est élevé en Afrique australe dans le sillage de la décolonisation portugaise, c'est peut-être qu'il n'a jamais renoncé au rêve de voir le « pouvoir pâle » s'amender suffisamment pour lui permettre de refaire de la Zambie un marché pour l'Afrique du Sud. « Un homme qui collecte du miel, a-t-il dit en sortant de prison en 1960, s'attend à être piqué par des abeilles. » Ce chef d'Etat, qui s'est si souvent effondré en larmes au milieu d'un discours, était sans doute mieux fait pour le combat de l'indépendance politique de la Zambie que pour celui, beaucoup plus dur, de la libération de l'Afrique australe, dont il n'a jamais vraiment accepté toutes les implications. Paradoxalement, l'échec de sa politique intérieure est devenu évident alors que l'Afrique du Sud évoluait dans le bon sens.

Le masque tombe

Tout entier occupé à dénoncer l'apartheid, il néglige les problèmes de son pays au point que, faute de mesures économiques cohérentes, celui-ci s'appauvrit rapidement après la chute des cours du cuivre. Réélu sans coup férir à la magistrature suprême en 1983, Kenneth Kaunda doit faire face, trois ans plus tard, à des « émeutes de la faim » dans la « ceinture de cuivre », où le ras-le-bol populaire a atteint son comble. Incapable de trouver un arrangement avec le FMI, qui prescrit à ses yeux une potion trop amère, il tente d'oublier ses ennuis domestiques en se présentant, avec succès, à la présidence de l'Organisation de l'unité africaine.

En 1990, quelques semaines après avoir accueilli triomphalement à Lusaka M. Nelson Mandela, dont la libération change radicalement la donne en Afrique du Sud et dans la région, le héros quelque peu fatigué du combat contre l'apartheid doit interrompre ses vacances pour rentrer d'urgence à Lusaka, où le couvre-feu a été décrété, le 26 juin, après des troubles sur le campus. Dans une Afrique noire où l'heure de la contestation sonnait partout, le masque de respectabilité du régime Kaunda venait de tomber. La République zambienne, Etat à parti unique depuis 1972, était contrainte de s'ouvrir au multipartisme. M. Kaunda accepterait-il pour autant d'aller au-delà du discours ? Samedi, au lendemain de sa défaite, dans une adresse à la nation, il s'est incliné : « C'est ça le multipartisme, un jour on gagne des élections, un jour on en perd, ça n'est pas la fin du monde », a-t-il dit à la télévision. Et d'ajouter : « Je quitte State House (la présidence) très fier, vraiment très fier. »

JEAN-CLAUDE POMONTI

ZAMBIE : M. Kenneth Kaunda abandonne le pouvoir

Large victoire de l'opposition aux élections législatives et présidentielle

Le Monde
3 - 4 NOVEMBRE 1991

M. Frederick Chiluba, dirigeant de l'opposition zambienne, a remporté une victoire écrasante sur le président Kenneth Kaunda lors des élections présidentielle et législatives du jeudi 31 octobre, dont les résultats définitifs ne seront connus que dans quelques jours.

LUSAKA

de notre envoyé spécial

La Zambie a un nouveau président. M. Frederick Chiluba, le patron du Mouvement pour le multipartisme et la démocratie (MMD), a défait M. Kenneth Kaunda et l'appareil de son Parti unifié de l'indépendance nationale (UNIP), qui fut, dix-huit ans durant, l'omnipotent parti unique. Au cours d'une conférence de presse improvisée au milieu de la nuit de vendredi à samedi, au domicile d'un ami, M. Frederick Chiluba a annoncé que le président Kaunda l'avait appelé au téléphone peu avant 20 heures pour le féliciter et l'assurer de sa future collaboration.

Dans le salon-chic de Kabulonga, un quartier résidentiel de Lusaka, M. Frederick Chiluba, vêtu d'un strict costume beige croisé, assis derrière une table où peu de temps auparavant trônaient une salière et un poivrier, dit avoir « accepté les félicitations » de son prédécesseur.

Très petit de taille, le nouveau chef de l'Etat, dont le menton s'orne d'un bouc taillé court, cligne des yeux sous les éclairs des flashes des photographes. Usant d'un ton beaucoup plus conciliant qu'il ne l'avait fait au cours de la campagne électorale, il affirme avoir de la considération pour M. Kenneth Kaunda, père de la Zambie et maintenant chef d'un parti d'opposition : « C'est l'un d'entre nous. Il doit se sentir un Zambien parmi d'autres Zambiens et savoir qu'il jouira de tout le respect qu'il mérite », a déclaré M. Chiluba.

Félicitations de M. Carter

Assis entre M. Dipak Patel, directeur de sa campagne électorale, nouveau député du centre de Lusaka, et l'ancien président des Etats-Unis, Jimmy Carter, venu lui présenter ses félicitations, M. Frederick Chiluba précise qu'il prêterait serment devant la Haute Cour de justice samedi 2 novembre dans la matinée, après que le président sortant, M. Kenneth Kaunda, se sera adressé à la nation.

Dans la journée, au lendemain des élections, le quartier général de son parti bruissait comme une ruche. M. Michael Sata, député MMD de la circonscription de Kabwata fraîchement élu, considère que M. Kenneth Kaunda, « KK », comme l'appellent familièrement les Zambiens, a eu « tort » de ne pas vouloir accepter l'idée de changement plus tôt.

« Il croyait qu'il pourrait toujours gagner la présidentielle sur sa seule popularité », explique-t-il en rappelant que « KK » avait annoncé sa « victoire portée par un raz de marée de l'UNIP ». M. Sata, surnommé « le cobra noir » par ses amis, lui-même dissident de l'UNIP puisqu'il siégea au Parlement sous la bannière du parti unique de 1983 à 1990, constate, heureux : « On voit bien aujourd'hui de quel côté il vient ce raz de marée ! »

A quelques centaines de mètres de là, en plein cœur de Lusaka, le porte-parole de l'UNIP, qui affichait sa confiance jusqu'à ce que les résultats venant des zones rurales fussent connus, lâchait finalement, vendredi en fin de matinée : « C'est foutu ; nous sommes battus et bien battus. » Les résultats officiels n'étaient pas encore connus samedi matin.

Mais, dans de nombreuses circonscriptions, les députés du MMD furent élus avec quelque 90 % des suffrages. Seule l'Eastern Province, fief traditionnel de M. Kaunda, à la frontière du Malawi, n'apparut pas entièrement acquise à la cause du parti de M. Frederick Chiluba, l'homme de la Copperbelt, le poumon zambien où se trouvent les mines de cuivre parmi les plus riches du monde.

Jusqu'à présent, les électeurs devaient se contenter de voter « pour » ou « contre » la candidature de « KK ». Mais l'effondrement progressif de l'économie avait débouché, en 1990, sur l'émergence d'un mouvement favorable à la démocratie, le MMD, au sein duquel des intellectuels, des étudiants, des syndicalistes et quelques anciens ministres de l'UNIP plaidèrent le retour du pays au multipartisme.

L'annonce d'un plan de redressement économique et la situation volatile de juin 1990 débouchèrent sur de violentes émeutes qui coûtèrent la vie à une trentaine de personnes. Sous la pression sociale et internationale, M. Kenneth Kaunda annonça alors l'organisation d'un référendum sur le parti unique pour octobre 1990. C'est peu après qu'un coup d'Etat avorté jeta dans les rues du pays des milliers de Zambiens induits en erreur par un communiqué hâtif des putschistes.

Toutefois, en septembre 1990, le gouvernement, soucieux de la popularité croissante du MMD, annonça l'élaboration d'une nouvelle Constitution réinstituant le multipartisme et prévoyant l'organisation d'élections avant la fin de l'année 1991.

En décembre 1990, le pouvoir légalisait les partis politiques. Le MMD commença d'agir au grand jour, sous la direction de son premier président, l'homme d'affaires M. Arthur Wina. M. Frederick Chiluba, patron du puissant Congrès zambien des syndicats (ZCTU), fut élu à son tour président du MMD en mars 1991. Tous les éléments étaient alors réunis pour faire capoter les projets de M. Kenneth Kaunda, à la tête de l'Etat zambien depuis vingt-sept ans.

FRÉDÉRIC FRITSCHER



Superficie : 752 600 km². Population : 7,5 millions d'habitants (estimation). Capitale : Lusaka, un million d'habitants. Langue officielle : anglais. Principal dialecte : bemba. Religions : animistes (70 %), chrétiens (20 %), musulmans.

Histoire : colonie britannique depuis 1890, la Rhodésie du Nord prend le nom de Zambie le 24 octobre 1964, au moment de son indépendance.

Economie : le cuivre est la principale ressource du pays, la Zambie étant le cinquième producteur mondial.

Le nouveau chef de l'Etat

M. Frederick Chiluba, un syndicaliste populaire

LUSAKA

de notre envoyé spécial

Le nouveau président de l'Etat zambien est un homme de petite taille à l'allure et au visage volontaires qui n'était connu, jusqu'à l'an passé, que pour ses qualités de syndicaliste et d'apré négociateur. Son aura s'est élargie avec son avènement à la tête du Mouvement pour le multipartisme et la démocratie (MMD), le principal parti d'opposition.

La popularité de M. Frederick Chiluba au sein de son parti s'est étendue rapidement depuis le mois de mars de cette année. Dans les réunions publiques organisées au cours de la campagne électorale, ses supporters l'appelaient « *le libérateur* » comme si, la magie aidant, il avait eu le pouvoir de remédier à l'inflation galopante, aux pénuries, au manque de manuels sc-

laire et de médicaments dans les hôpitaux.

Cet homme providentiel, David appelé à terrasser Goliath, est né en 1943 dans la province de Luapula, dans l'extrême nord du pays, avant de suivre ses parents à Kitwe, dans la Copperbelt, littéralement la « ceinture de cuivre », poumon de l'économie zambienne, où il passa son enfance. Son père, mineur, mourut alors qu'il était encore enfant. Elevé par sa grand-mère, il abandonna l'école assez tôt et partit travailler quelque temps comme employé aux écritures dans une plantation de sisal en Tanzanie.

« *C'est là, dit-il volontiers, que mon intérêt pour le syndicalisme naquit.* » M. Frederick Chiluba, encore aujourd'hui, est fier d'avoir pu étudier les sciences politiques par correspondance. Il lui reste de cette époque un

goût avéré pour la lecture. Il cite du reste aussi fréquemment la Bible que les grands auteurs.

Il débuta réellement dans la vie professionnelle en 1968 en travaillant pour Atlas-Copco, à Ndola, dans la Copperbelt. Il rejoignit aussitôt le mouvement syndical en adhérant à l'Union nationale du bâtiment, de l'ingénierie et des travailleurs qualifiés (NUBEGW), dont il devint président en 1971. Trois ans plus tard, il est élu à la tête du Congrès zambien des syndicats (ZCTU), une puissante confédération qu'il dirigera jusqu'en 1991 en étant réélu régulièrement.

M. Chiluba connut la prison en 1981. Il fut incarcéré pour avoir, selon les dires du pouvoir, « *fomenté des troubles sociaux* ». Il eut la candeur de penser que son arrestation allait déclencher

les foudres populaires. Il n'en fut rien. Et M. Frederick Chiluba affirme que cette indifférence a forgé sa « *détermination à lutter contre l'injustice* ».

Ses collègues le décrivent comme un être plutôt autoritaire aimant à s'entourer de compagnons fidèles et supportant mal la critique. Il est incontestablement un habile manœuvrier pour être resté dix-sept ans à la barre du ZCTU, soumis aux tempêtes qui n'ont pas épargné le mouvement syndical. En tout cas, le candidat Chiluba avait fait le bon choix en prônant le respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales. Les Zambiens en mal de changement lui ont reconnu les qualités essentielles pour défier sur son terrain le vieux dinosaure africain, M. Kenneth Kaunda, qu'il a finalement terrassé.

F. F.

PÚBLICO 3 NOVEMBRO 1991

Chiluba Presidente da Zâmbia

FREDERICK Chiluba tomou ontem posse como novo Presidente da Zâmbia, depois de haver derrotado nas urnas o veterano Kenneth Kaunda, que chefiava o país desde a proclamação da independência, em 1964.

Chiluba, um dirigente sindical de 48 anos, que gosta de ser comparado ao polaco Lech Walesa, foi eleito por 850.587 votos, face aos 470.767 de Kaunda, que era o decano dos políticos da Linha da Frente, e recebeu de imediato as felicitações tanto do candidato derrotado como dos presidentes da África do Sul, Frederik de Klerk, e da UNITA, Jonas Savimbi.

Nas eleições parlamentares realizadas em simultâneo com as presidenciais, na quinta-feira, o Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD) tinha já ontem garantidos 111 deputados, face a apenas 15 do Partido Nacional Unido da Independência (UNIP). Mas a afluência às urnas não ultrapassou 40 por cento dos eleitores inscritos.

Ao tomar posse perante o presidente do Supremo Tribunal, Anel Silungwe, o novo Chefe de Estado afirmou que a corrupção e a ditadura deixaram o país na bancarrota, depois do promissor futuro anunciado na altura da proclamação da independência.

A antiga colónia britânica da Rodésia do Norte é o segundo produtor mundial de cobalto e o terceiro de cobre, mas a indústria mineira tem sofrido tanto com o controlo estatal como com a queda do preço das matérias-primas. E Chiluba tem agora um árduo caminho à sua frente, até conseguir provar se é capaz de fazer melhor do que os políticos que até agora combatia.

Noutro país africano, o Quênia, onde o Presidente Daniel Arap Moi tem combatido todas as veleidades de multipartidarismo, a oposição rejubilou com a derrota de Kaunda, que considerou um bom prenúncio.

Em toda a África ao Sul do Equador só há agora dois líderes que se mantêm no poder há mais de 20 anos e que como tal são considerados autênticos "dinossauros": Mobutu Sese Seko no Zaire e Kamuzu Banda no Malawi.

No resto da região está em curso um processo democratizador que passou pela proclamação da independência da Namíbia, pelo fim do "apartheid" na África do Sul e pelos acordos para a paz em Angola, estando ainda a ser negociada em Roma a paz para Moçambique.

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE NOVEMBRO DE 1991

Turbulência nas eleições da Zâmbia

INCIDENTES violentos, ameaças e intimidações, dirigidos a elementos e partidos da oposição, antecederam as primeiras eleições presidenciais directas e legislativas pluripartidárias da Zâmbia desde a independência da antiga Rodésia do Norte, realizadas na quinta-feira.

Observadores internacionais convidados pelo Presidente Kenneth Kaunda e pela oposição — compreendendo delegações da Organização de Unidade Africana, da Commonwealth e do Centro Carter — fiscalizaram o sufrágio.

O homem que desde há 18 anos chefiava o Estado zambiano estava tão certo de uma «vitória esmagadora» que admitiu «abandonar se perder a eleição». Após ter abolido o pluralismo político em 1973, Kaunda teve de restabelecê-lo em Dezembro passado, devido à contestação popular.

Frederick Chiluba, líder da principal força de oposição, não mostrava grande optimismo. Admitindo um mau resultado na eleição para a Assembleia Nacional, Chiluba — que se designa como «o Lech Walesa africano» — sublinha que a luta do seu partido «era levar a Zâmbia para a democracia, o que conseguiu».

«Era dos ditadores acabou em África»

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 DE NOVEMBRO DE 1991

O NOVO PRESIDENTE zambiano, Frederick Chiluba, cuja eleição, realizada na quinta-feira, pôs fim a 27 anos de poder de Kenneth Kaunda, declarou ontem, durante a cerimónia de investidura, que a «era dos ditadores, da hipocrisia e das mentiras acabou em África».

Chiluba, de 48 anos, sindicalista e chefe do Movimento para Uma Democracia Multipartidária (MDM), pronunciou o seu discurso perante dezenas de milhares de pessoas concentradas em frente ao Palácio da Justiça, em Lusaca, e na presença do antigo Presidente americano Jimmy Carter, assim como de representantes da Commonwealth e da Organização de Unidade Africana (OUA).

Assumindo a defesa da democracia e do liberalismo económico, o novo Chefe de Estado prometeu um governo honesto que «cumprirá as suas promessas», considerando que «o governo foi durante muito tempo o problema» que se refere à economia do país, criticando também a política intervencionista do regime de Kenneth Kaunda.

«As nações mais prósperas são as livres», disse Chiluba, que evocou longamente as liberdades individuais e os di-



Um dos apoiantes do MDM ostenta, na cerimónia de investidura de Chiluba, um jornal nacional que noticia a derrota do partido de Kaunda. © AP-Lusa

reitos do homem e pediu aos Zambianos para viverem em paz e no respeito pelas diferentes opiniões políticas existentes no país.

Na véspera, e durante uma conferência de Imprensa improvisada, Chiluba declarou não querer escorraçar «Kaunda do Palácio Presidencial», afirmando-se disposto a dar-lhe tempo para se organizar.

«Queremos estar certos de que nada será feito para lhe dificultar a vida. Ele é o pai fundador deste país. Tem um lugar no nosso coração. O seu lugar é entre nós», afirmou o novo Chefe de Estado.

«Perder faz parte do pluralismo»

«Faz parte do pluralismo em política. Ganha-se e perde-se, não é o fim do mundo», afirmou Kenneth Kaunda ao ler, ontem, à rádio e televisão nacionais, uma declaração na qual reconhecia a sua derrota pessoal no escrutínio presidencial e a do seu partido nas legislativas que se realizaram no mesmo dia.

Kenneth Kaunda, Chefe do Estado zambiano desde a proclamação da independência do país, em 1964, disse ainda ser necessário «fortifi-

car a nossa democracia e aceitar o veredicto do povo zambiano», e sublinhou que este escrutínio representa uma «etapa» no desenvolvimento político da Zâmbia, que «criou um precedente para os outros países do Terceiro Mundo» ao escolher a via da democracia.

«As eleições desenrolaram-se de forma pacífica e ordeira», considerou Kaunda, interrogando-se, porém, sobre dois factos que lhe parecem perturbadores: a alta taxa de abstenção no geral e entre as mulheres em especial.

«Que aconteceu? É uma coincidência ou uma forma de manipulação?», questiona o «pai» da Zâmbia.

«Temos de exprimir a nossa admiração para com o povo zambiano, cuja conduta demonstrou maturidade, paciência e bom humor, qualidades que auguram a favor da estabilidade da III República», podia ler-se no comunicado tornado público pelos observadores da Commonwealth às eleições zambianas.

Chaluba recebeu já mensagens de felicitações, pela sua vitória, do Presidente sul-africano, Frederick de Klerk, e do dirigente da UNITA, Jonas Savimbi.

Chiluba está a formar Governo

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 4 NOVEMBRO 1991

A Zâmbia vai ser um exemplo

Jorge Heitor

Diplomatas acreditados em Lusaka manifestam a esperança de que a pacífica transição de poder na Zâmbia possa constituir exemplo para outros países da África Negra, a começar pelo Quênia e pelo Malawi.

O novo Presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, de 48 anos, protestante, foi ontem a um serviço religioso na capital e depois começou as consultas sobre a formação de um Governo que dê melhores dias ao país.

Instalado numa das residências oficiais enquanto aguarda que o seu antecessor, Kenneth Kaunda, deixe livre a Presidência da República ocupada há 27 anos, o sorridente Chiluba tem agora à sua frente a espinhosa tarefa de administrar um Estado cuja dívida externa é de 7800 milhões de dólares.

A contagem dos votos das

eleições parlamentares e presidenciais de quinta-feira ainda não estava ontem terminada, mas o Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD, espécie do MPD cabo-verdiano, de Carlos Veiga) já havia garantido 116 deputados, face aos 25 do Partido Nacional Unido da Independência (UNIP), de Kaunda. E o novo Presidente conseguiu cerca de 75 por cento dos votos expressos, frente aos 25 por cento do candidato derrotado.

Numa África em mutação, onde a maioria dos povos manifestou o seu descontentamento com regimes de partido único, Kenneth Kaunda, de 67 anos, foi vítima de uma economia em péssimo estado e das aspirações gerais a um estilo de vida diferente, com maior liberdade.

Assim, juntou-se a uma série de outros presidentes que ao longo dos últimos nove meses foram sendo derrotados nas urnas, mesmo quando eram figuras de pres-

tigio internacional, como aconteceu em Cabo Verde com Aristides Pereira.

Diplomatas acreditados em Lusaka e outras capitais africanas crêem que a transição pacífica do poder na Zâm-

bia deverá agora ter uma grande repercussão em outros países saídos da colonização britânica, como o Quênia e o Malawi.

No primeiro deles, o Presidente Daniel Arap Moi, que

há 13 anos sucedeu ao primeiro Chefe de Estado, Jomo Kenyatta, tem vindo a rejeitar sistematicamente todas as pressões no sentido de autorizar o multipartidarismo, mas não se crê que consiga

tenham a coragem de o confessar. Entre eles o marechal Mobutu Sese Seko, que encaminhou o Zaire para uma miséria abissal, enquanto ele próprio acumulava gigantesca fortuna. ■

resistir por muito mais tempo.

Mais escandaloso ainda é o caso do Malawi, que desde a proclamação da independência, em 1964, é mantido praticamente como propriedade pessoal de Hastings Kamuzu Banda, que já tem mais de 85 anos mas não dá o mínimo sinal de estar a preparar a sucessão.

Banda é o género de pessoa normalmente tida por um líder típico africano, comportando-se de uma forma autocrática e totalmente à margem de todos os padrões que ao longo deste século têm prevalecido nas democracias ocidentais.

Sempre tem dito, de forma mais ou menos aberta, que os cidadãos africanos ainda não se encontram preparados para uma vida política equiparável à da Europa ou das Américas, pelo que precisam de dirigentes de pulso que orientem os respectivos países, se possível a título vitalício.

É aproximadamente o que parecem pensar outros líderes do mesmo continente, embora não

JOHN PARKIN/AP



ULLI MICHEL/REUTER



Frederick Chiluba é um homem sorridente, depois de ter conseguido derrotar Kenneth Kaunda

Retiring a Mr. Independence

After more than a quarter-century in power, Kenneth Kaunda loses to a newly resurgent opposition TIME, NOVEMBER 11, 1991

By WILLIAM R. DOERNER

Although he was facing his first serious political challenge in 27 years, President Kenneth Kaunda emerged from a polling booth last week in a jocular mood. He left immediately for a round of golf on the nine-hole course of Lusaka's State House, telling reporters with a smile, "I expect to win the game—and the election."

Although Kaunda did win on the links, his throw-away ballot prediction turned out to be spectacularly wrong. When the votes in the internationally monitored election were totaled two days later, Frederick Chiluba, 48, the challenger, had unseated the increasingly autocratic Kaunda, 67, as Zambia's first and only chief executive by the lopsided margin of 79% to 21%. Chiluba's Movement for Multiparty Democracy, legalized less than a year ago, had also swept to a parliamentary victory, taking more than 80% of the 150 seats.

The outcome was a harsh but not surprising rebuff to Kaunda, among the last of a generation of postcolonial African leaders who in the 1960s led their countries to independence and then went on to overstay their welcome. The hardworking son of a Presbyterian missionary, Kaunda had spent a year in British jail in 1959-60 while leading the independence movement in what was then Northern Rhodesia and would later be renamed Zambia. The country whose leadership he assumed in 1964 was a fractious amalgam, including more than 70 tribes, each with its own dialect. Kaunda's proudest achievement over the years came to be the preservation of unity, if often on the basis of blatant patronage. Outside his country, Kaunda became best known as the leader of the so-called frontline states opposed to white rule in Mozambique, Angola, Rhodesia (now Zimbabwe) and South Africa.

That campaign, even as it in time helped shift the racial balance of power in the region, entailed trade embargoes against Rhodesia and South Africa that weighed heavily on landlocked Zambia's economy. As a country that Kaunda liked to brag was "born with a copper spoon in its mouth"—a reference to vast ore deposits in the north—Zambia could probably have withstood those sacrifices. But Kaunda, a dabbler in socialism, placed other, purely ideological constraints on the economy, including the nationalization of the copper mines and price controls on farm products to keep food prices low for a growing pool of poor urban workers.

Former Foreign Minister Vernon Mwaanga, one of many officials shuffled from job to

job by Kaunda over the years and now a member of the opposition, says Kaunda acted hypocritically: although the President used to weep into a white handkerchief whenever talking about the injustices of white rule in black Africa, "when it came to his own people, he wouldn't shed a tear."

As a once healthy balance of payments dipped into the red in the early 1970s, Zambia became increasingly dependent on handouts from East and West, as well as on loans that gave it one of the world's heaviest per capita foreign debts; today the total foreign debt stands at nearly \$7 billion. Because of domestic political squabbles, as well as fears of tribalism if parties competed on the grounds of ethnic differences,

Kaunda in 1972 made his United National Independence Party the country's sole legal political organization. Though by most accounts Kaunda remained personally immune to corruption, despite allegations made against his family, his reputation was hurt by such excesses as the construction of a never completed 17-story UNIP headquarters in Lusaka and the financial favoritism accorded to some of his nine children.

Among Kaunda's political opponents was Chiluba, a miner's son who since 1974 has headed the 400,000-member Zambia Congress of Trade Unions. In 1981 he was detained for four months, accused of organizing nationwide strikes. Chiluba, who became a born-again Christian during his months in detention, returned to his union duties following his release—and

bid his time politically. The strategy began paying off in recent years as Kaunda came under pressure from virtually every side. Foreign-aid sources dried up once communist regimes in Eastern Europe disappeared and Western governments no longer felt the need to match their contributions. Zambia began defaulting on its debt, prompting organizations

like the International Monetary Fund to press for reforms. Finally, in September 1990, Kaunda agreed to legalize opposition parties and allow them to enter the campaign leading up to last week's vote. Another key concession: permitting the vote to be monitored by a team of outside observers, including former U.S. President Jimmy Carter and representatives of the Commonwealth, the Organization of African Unity and Sweden.

Chiluba's campaign platform called for a "new political culture of accountability" and promised the privatization of industry and open commercial relations with all of Zambia's neighbors. He was notably short on specifics, however, and admitted that Zambia's

"totally ruined" economy would not be cured by any single set of short-term measures, including his own prescriptions. The future of Chiluba's party remains in question as well, since its members include socialists and businessmen who until last week had only one thing in common: opposition to Kaunda.

—Reported by Mike Hall/Lusaka

• Le Monde • Mardi 5 novembre 1991
ZAMBIE : après sa victoire sur M. Kenneth Kaunda

M. Chiluba, nouveau chef de l'Etat lance un appel contre « la corruption les mensonges et la dictature »

Le nouveau président zambien, M. Frederick Chiluba, a entamé dimanche 3 novembre des consultations sur la formation d'un gouvernement, après sa victoire lors des élections présidentielle et législatives de jeudi, contre M. Kenneth Kaunda, qui était au pouvoir depuis vingt-sept ans (*le Monde* daté 3-4 novembre).

Selon des résultats partiels, M. Chiluba a obtenu près du double des suffrages recueillis par le président sortant, 850 587 voix, contre 470 767. Son parti, le Mouvement pour le multipartisme et la démocratie (MMD), emporterait 116 des 150 sièges de l'Assemblée, contre 25 au Parti unifié de l'indépendance nationale (UNIP) de M. Kaunda. Contre toute attente, la participation a été faible, de l'ordre de 40 %.

« L'ère des dictateurs, de l'hypocrisie et des mensonges est finie en Afrique », a déclaré le nouveau chef de l'Etat lors de son investiture, samedi. Près de cent mille personnes avaient attendu plusieurs heures en plein soleil pour entendre M. Chiluba prononcer son discours inaugural, un appel passionné et émouvant pour une « nouvelle Zambie » libre de « toute corruption, répression et dictature ».

Sous les ovations, il a comparé l'élan de la nouvelle démocratie zambienne à « un puissant fleuve africain, jaillissant librement de sa source ».

« Nous quittons la Zambie profondément émus et transformés par ce moment historique », a pour sa part déclaré l'ancien président américain Jimmy Carter, qui se trouvait à la tête d'une délégation d'observateurs internationaux. « Chaque fois que nous parlerons de démocratie, nous rappellerons le modèle exemplaire de la Zambie vers une transition pacifique », a-t-il ajouté. — (AFP, Reuters)